



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ
CURSO DE DIREITO (UNIDADE SANTA RITA)**

ESTELA ELEN GOMES DE OLIVEIRA

**O TRABALHO DE CUIDADO NO CONTEXTO DO SISTEMA CAPITALISTA: UMA
CORRELAÇÃO A PARTIR DE *TORTO ARADO***

**SANTA RITA - PB
2024**

ESTELA ELEN GOMES DE OLIVEIRA

**O TRABALHO DE CUIDADO NO CONTEXTO DO SISTEMA CAPITALISTA: UMA
CORRELAÇÃO A PARTIR DE *TORTO ARADO***

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Direito da
Unidade Santa Rita, do Centro de Ciências
Jurídicas da Universidade Federal da
Paraíba como exigência parcial para a
obtenção do título de Bacharel(a) em
Ciências Jurídicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Roberta Candeia
Gonçalves

**SANTA RITA - PB
2024**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

O48t Oliveira, Estela Elen Gomes de.

O trabalho de cuidado no contexto do sistema capitalista: uma correlação a partir de torto arado / Estela Elen Gomes de Oliveira. - Santa Rita, 2024.
65 f.

Orientação: Roberta Candeia Gonçalves.
TCC (Graduação) - UFPB/DCJ/SANTA RITA.

1. Teoria da Reprodução Social. 2. Trabalho de cuidado. 3. Capitalismo. 4. Patriarcado. 5. Torto Arado. 6. Desigualdade de gênero. I. Gonçalves, Roberta Candeia. II. Título.

UFPB/DCJ/CCJ-SANTARITA

CDU 34




UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DIREÇÃO DO CENTRO
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

**ATA DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO**

Ao vigésimo quinto dia do mês de Abril do ano de dois mil e vinte quatro, realizou-se a sessão de Defesa Pública do Trabalho de Conclusão do Curso de Direito intitulado “O trabalho de cuidado no contexto do sistema capitalista: uma correlação a partir de Torto Arado”, sob orientação do(a) professor(a) Roberta Candeia Gonçalves que, após apresentação oral, foi arguido pelos integrantes da Banca Examinadora que se reuniram, reservadamente, e decidiram emitir parecer favorável à aprovação, de acordo com o art. 33, da Resolução CCGD/02/2013, do(a) aluno(a) Estela Elen Gomes de Oliveira com base na média final de 10,00 DEZ). Após aprovada por todos os presentes, esta ata segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.



Roberta Candeia Gonçalves



Ana Lia Vanderlei de Almeida



Tatyane Guimarães Oliveira

Em Capitães da Areia, Jorge Amado escreveu que certos homens têm estrelas no lugar do coração, e, quando morrem, o coração fica no céu. Posso dizer que, com certeza, minha mãe tinha uma estrela no lugar do coração. Toda minha trajetória é guiada e cuidada por Ela. Por isso, dedico esta monografia a mantê-la viva em cada linha que eu escrevo.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço à minha mãe, Socorro Gomes, por toda dedicação, abdicação, amor e por sempre me ensinar a priorizar a educação. Sinto sua falta física todos os dias, mas, na mesma intensidade, sinto sua presença em cada momento de dificuldade e alegria. Ouvir as suas histórias de luta pela liberdade de Quixelô e pela educação plantaram em mim muitas sementes que floresceram ao longo da leitura de Torto Arado e da escrita desta monografia: “foi embora um fruto, mas a árvore ficou. E suas raízes são muito profundas para tentarem arrancar”.

Ao meu pai, Áureo Júnior, que nunca mediu esforços para a minha educação. Nunca esquecerei do meu primeiro dia em João Pessoa, seu encorajamento foi indispensável para que eu continuasse. Agradeço também pelas orientações, apoio e amor.

Aos meus tios Fátima Gomes, Chico Gomes e Zinha Barreto, que sempre estiveram ao meu lado oferecendo amor, cuidado e incentivo. A presença de vocês foi fundamental não somente ao longo da minha jornada acadêmica, como em toda a minha vida. Vocês são a continuação de todo o amor que recebi da minha mãe.

Às minhas primas/irmãs Natália, Nágila e Nádia, por sempre acreditarem em mim, pelo amor, presença constante e por serem referência em todos os âmbitos da minha vida. Vocês são essenciais em cada passo da minha caminhada.

À tia Gleuba Sales, que sempre incentivou a leitura em mim, desde os gibis da Turma da Mônica, pela torcida, amor e cuidado.

Às minhas primas Clarice, Olívia e Lícia, por serem a razão de tudo, é por vocês que acredito e tenho esperança na construção de um mundo melhor.

Aos meus irmãos Laíssa, Lizandra, Lara e José, ao meu sobrinho, Théo, e à tia Edilene, pelo incentivo, acolhimento e amor. Vocês são um presente na minha vida.

A Mylena e Isabelly, minhas primeiras amigas em João Pessoa, por serem família e aconchego desde o meu primeiro período na Universidade. Agradeço por todo o suporte nos momentos de desespero, as inúmeras conversas e risadas no 202.

A Laura, Iusle e Paloma, meu eterno grupinho. A nossa amizade surgiu de uma forma tão fácil e rápida, como se já nos conhecêssemos há muito tempo, acredito que seja por nossa origem em comum e por compartilharmos tantas histórias da vida.

Dividir os caminhos para Santa Rita, as risadas e os desafios com vocês é um grande orgulho.

A Carol, que se tornou uma extensão da minha família, por sempre me encorajar e acreditar no meu potencial, principalmente em momentos difíceis. Agradeço também por ter me apresentado a leituras sobre o capitalismo e a Torto Arado, e por dividirmos tantos sonhos e conversas que foram imprescindíveis para a produção desta monografia.

A Brenda, Kamylle, Gustavo e Ian, agradeço pelo apoio e por estarem presentes mesmo a distância. Com certeza, conseguimos viver cinco anos em um, obrigada por compartilharmos tantos momentos de alegria.

À minha orientadora, Professora Doutora Roberta Candeia, por acreditar na minha ideia inicial, pela dedicação e contribuições necessárias ao longo deste trabalho.

À Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e ao corpo docente do curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas (DCJ), pelas oportunidades, ensinamentos e competência e seriedade com as quais conduzem seus trabalhos acadêmicos, dedico grande parte da minha formação profissional e humana.

*Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta.*

Milton Nascimento.

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a correlação entre a imposição às mulheres ao trabalho de cuidado, a desigualdade de gênero e a perpetuação do sistema capitalista a partir da obra *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior. Quanto à metodologia, possui abordagem dialética, pois compreende as modificações e transformações sociais através da literatura, o principal método de pesquisa é o bibliográfico, com fundamentação teórica na análise das feministas materialistas e no livro *Torto Arado*. Para demonstrar tal perspectiva, analisou-se como o sistema patriarcal e capitalista naturaliza a subordinação feminina aos homens, com o ideal de que a felicidade das mulheres depende do casamento e da maternidade. Assim, por meio do estudo da Teoria da Reprodução Social, das feministas materialistas, compreende-se a relação entre a naturalização da atividade doméstica como próprias da personalidade feminina e realizadas por amor, sem que haja necessidade de remuneração e a desigualdade de gênero. Os reflexos destas relações sociais foram analisados mediante a obra literária *Torto Arado*, o qual retrata o cotidiano de trabalhadores que vivem em regime de servidão no sertão nordestino. Além disso, observaram-se as contradições inerentes ao sistema capitalista, pela divisão entre o trabalho no ambiente público destinado para homens e a atividade doméstica naturais das mulheres. Por fim, observou-se a divisão racial do trabalho doméstico, na qual as violências de gênero, raça e classe determinam que cabe às mulheres negras suprirem a atividade de cuidado das famílias brancas de classe média.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução Social, trabalho de cuidado, capitalismo, patriarcado, *Torto Arado*, desigualdade de gênero.

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze the correlation between the imposition of care work on women, gender inequality and the perpetuation of the capitalist system, based on the work *Torto Arado*, by Itamar Vieira Júnior. Regarding the methodology, it has a dialectical approach, as it comprehends social modifications and transformations through literature. The main research method is bibliographic, with theoretical grounding in materialist feminism and the book *Torto Arado*. In order to demonstrate this perspective, we analyzed how the patriarchal and capitalist system naturalizes female subordination to men, with the ideal that women's happiness depends on marriage and motherhood. Thus, by studying the feminist-materialist Theory of Social Reproduction, we can understand the relationship between the naturalization of domestic activities as belonging to the female personality and performed out of love, without the need for remuneration, and gender inequality. The reflexes of these social relations were analyzed through the literary work *Torto Arado*, which portrays the daily lives of workers who live in servitude in the northeastern hinterland. In addition, the contradictions inherent in the capitalist system were observed, due to the division between work in the public environment for men and the natural domestic activity of women. Finally, the racial division of domestic work was analyzed, in which gender, race and class violence determine that it is up to black women to provide the care for white middle-class families.

Keywords: Social Reproduction Theory, care work, capitalism, patriarchy, *Torto Arado*, gender inequality.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O PATRIARCADO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DE CUIDADO.....	14
2.1	A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PATRIARCADO PARA A AUTORA GERDA LERNER.....	14
2.2	ANÁLISE DO CONCEITO DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL PELA PERSPECTIVA DO FEMINISMO MATERIALISTA.	19
3	A INVISIBILIZAÇÃO E A NATURALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CUIDADO EM <i>TORTO ARADO</i>.....	26
3.1	BIBIANA.....	31
3.2	BELONÍSIA.....	34
4	A CORRELAÇÃO ENTRE A INVISIBILIZAÇÃO E A NATURALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CUIDADO E A PERPETUAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA.....	38
4.1	CONTRADIÇÕES ENTRE A PRODUÇÃO CAPITALISTA E A REPRODUÇÃO SOCIAL.....	38
4.2	A RACIALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CUIDADO REMUNERADO.....	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS.....	57
	ANEXO – Socorro.....	60

1 INTRODUÇÃO

Para que procurassem pela liberdade que lhes foi negada desde os ancestrais.

Itamar Vieira Júnior

O presente trabalho aborda a correlação entre a imposição do trabalho de cuidado como naturalmente feminino e a desigualdade de gênero nos ambientes públicos e privados no sistema capitalista e patriarcal. Desse modo, será analisada a Teoria da Reprodução Social, oriunda das feministas materialistas, para compreender como a imposição de gênero ao trabalho de cuidado, imprescindível para a manutenção da vida em todas as sociedades, é utilizado no sistema capitalista como uma forma de opressão às mulheres, ao relegá-las ao ambiente doméstico e afastá-las das esferas de poder.

Para analisar essas construções sociais, utilizar-se-á a literatura, tendo em vista o poder de refletir as relações culturais presentes na sociedade, por ser uma forma de historicizar as modificações e transformações sociais, sem que exista um comprometimento objetivo com os fatos da realidade. Por isso, para evidenciar a relação entre o trabalho de cuidado imposto às mulheres e a opressão de gênero, será interpretada a imagética criativa de *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior.

A obra literária serve como um aparato para a consciência do fenômeno social, uma vez que reflete as relações humanas com o meio experienciado e, assim, está inserido na corrente do realismo social.

Torto Arado foi vencedor dos prêmios literários Leya de 2018, Oceanos de 2020, Montluc R sistance et Libert  de 2024 e Jabuti de Romance Brasileiro de 2020 e de Livro Brasileiro Publicado no Exterior de 2022. O livro perpassa pelas questões de gênero, raça e classe vivenciadas na Fazenda  gua Negra. Além de abordar a luta pela igualdade de terra no campo, ao demonstrar os conflitos existentes entre os moradores e os proprietários da terra.

Assim, reflete as constru es sociais no sistema patriarcal e capitalista, principalmente, através das personagens femininas principais, as irmãs Bibiana e Belonísia. Pelas rela es narradas na literatura, compreende-se como a divisão sexual do trabalho de cuidado e a naturaliza o do casamento e da maternidade como

destino das mulheres são definidoras das desigualdades de gênero e raça no sistema capitalista.

Para tanto, é sobre essas perspectivas que serão analisados os objetivos deste trabalho: discutir quais são as construções históricas que culminam na cultura de superioridade masculina; entender a importância do trabalho de cuidado como imprescindível para a manutenção da vida em todas as sociedades; analisar a naturalização e a invisibilização do trabalho de cuidado na obra literária *Torto Arado*; observar as contradições capitalistas entre a necessidade da reprodução da mão de obra e a sua invisibilidade. Assim, tem-se como problema central da pesquisa a seguinte questão: quais são as construções e imposições sociais que causam a desigualdade de gênero no sistema capitalista a partir do âmbito doméstico?

Como método de procedimento, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, por meio da fundamentação teórica presente nas obras dos autores Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser, Cinzia Arruzza, Silvia Federici, Karl Marx e Angela Davis para, por meio destes, interpretar a obra *Torto Arado*. Diante disso, esta pesquisa possui uma abordagem dialética, pois compreende os fenômenos sociais refletidos por intermédio da literatura.

Dessa forma, este trabalho está estruturado em três capítulos: o segundo capítulo relata, de forma breve, a construção histórica do patriarcado. Desse modo, será analisado como as relações sociais entre homens e mulheres construídas ao longo da história culminaram na desigualdade de gênero e na cultura de superioridade masculina. Neste capítulo, também há o estudo da Teoria da Reprodução Social, por meio das obras das feministas materialistas, as quais buscam compreender a correlação entre a imposição às mulheres ao trabalho de cuidado e a desigualdade de gênero no sistema capitalista.

No terceiro capítulo, analisa-se a obra literária *Torto Arado*. A partir das experiências vivenciadas pelas personagens femininas principais, as irmãs Bibiana e Belonísia, será observado como a naturalização e a invisibilização do trabalho de cuidado mantêm a subserviência das mulheres nas esferas públicas e privadas.

O quarto capítulo versa sobre as contradições inerentes ao sistema capitalista pela divisão entre os ambientes de produção e reprodução. Além de demonstrar a forte tendência de crise interna e como em cada momento de desestabilidade o Capital redesenha as formas de desigualdade de gênero, raça e classe. Por fim, será

analisada a correlação entre a subvalorização e a racialização da atividade doméstica remunerada.

A motivação para estudar o presente tema surgiu, principalmente, com o intuito de compreender as construções sociais que culminam na exclusão das mulheres dos espaços de poder, bem como na subordinação à cultura de superioridade masculina. Desde a infância, ao ouvir histórias sobre a política da minha cidade, Quixelô, Ceará, percebi como as mulheres são colocadas na condição de apoiadoras e sujeitadas aos desejos masculinos.

A história política da minha mãe, Socorro Gomes, aumenta ainda mais o meu interesse na temática. Desde a juventude, minha mãe esteve à frente de lutas comunitárias, sindicalistas e partidárias para a emancipação e o desenvolvimento do município. Contudo, nunca foi escolhida como candidata a prefeitura ou a qualquer cargo político. Apenas em 2008, quando não havia qualquer homem interessado em ocupar a chapa de candidatura, uma vez que não acreditavam ser possível vencer, minha mãe foi a escolhida. Ou seja, independente de estar em ambientes públicos ou privados, a mulher é submissa ao interesse masculino.

Desse modo, a partir da leitura de *Torto Arado* e da Teoria da Reprodução Social, consegui enxergar uma relação entre as opressões vivenciadas pelas personagens femininas e o contexto social da minha cidade.

2 O PATRIARCADO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DE CUIDADO

Para repetir os gestos que nossos pais e nossos ancestrais nos haviam legado.

Itamar Vieira Júnior

Este capítulo divide-se em duas partes: a primeira explica a construção histórica e cultural do sistema patriarcal; a segunda conceitua a teoria da reprodução social, com o intuito de demonstrar a naturalização e a invisibilização do trabalho de cuidado, historicamente destinado às mulheres.

2.1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PATRIARCADO PARA A AUTORA GERDA LERNER

De forma inicial, entende-se o sistema patriarcal como a organização cultural, social e familiar em que existe uma superioridade do sexo masculino e a subalternização feminina. O patriarcado, segundo Lola Aronovich (2019), é legitimado pelo controle de instituições, como a família, a igreja, a escola e as leis. Assim, tanto no ambiente privado quanto no público, ocorre a naturalização da opressão feminina. As relações sociais são as responsáveis por manter a distinção material, concreta e histórica entre homens e mulheres (Guillaumin, Mathieu, Tabet, 2014).

Nesse sentido, a análise desta construção histórica de subordinação é baseada, majoritariamente, no livro *A Criação do Patriarcado*, de Gerda Lerner (2019). Sob este viés, a autora dispõe que para os tradicionalistas a distinção de sexo foi criada por Deus¹ e, portanto, natural e universal, baseada no fator reprodutivo.

Evidenciando ainda mais este caráter natural, argumentariam o fenômeno da “assimetria sexual”, de acordo com o papel reprodutivo. Assim, seria inerente à mulher a característica de cuidadora, enquanto as atribuições masculinas seriam as de proteção e de provedores de alimento, uma vez que estes possuem superioridade física por natureza. Com isso, a divisão sexual do trabalho dar-se-ia de acordo com questões biológicas.

¹ Argumento construído a partir da perspectiva religiosa cristã como o Criador do universo.

Ainda nesta perspectiva, com o declínio da teoria religiosa no século XIX, devido à teoria darwinista, defensores do sistema patriarcal explicaram a distinção do papel da mulher na sociedade pela função de reproduzir. Desse modo, para que não houvesse a extinção da espécie, existia a exclusão de possibilidades educacionais e de trabalho, tendo em vista que a função materna é o papel mais importante a ser desempenhado por uma mulher.

Da mesma forma, a psicologia criou o estereótipo de mulher moderna, de acordo com as distinções “naturais” já existentes entre os gêneros, o que multiplicou a ideia de que a principal atribuição da mulher é reproduzir. Ou seja, a forma como a história é contada naturaliza o patriarcado.

Contudo, há uma parte apagada nesta naturalização da submissão feminina. De acordo com a autora, antropólogas feministas descobriram sociedades em que havia a complementariedade nas tarefas desenvolvidas entre homens e mulheres: “as tarefas realizadas por ambos os sexos eram indispensáveis para a sobrevivência do grupo, e o *status* de ambos os sexos era considerado igual na maioria dos aspectos” (Lerner, 2019, p. 41).

Desta breve análise histórica, é perceptível que, para a construção/manutenção da sociedade patriarcal, é necessária a perpetuação da ideia de que a maternidade é algo imprescindível – física e psicologicamente – para as mulheres. Ademais, conserva-se a ideia de ser biologicamente necessário e que, por isso, os comportamentos de cuidados com o marido e os filhos são inerentes à própria natureza feminina.

Assim, esta naturalização é reforçada por meio da cultura e da ideologia. Desse modo, Gerda Lerner (2019) faz uma construção dos primeiros estágios de desenvolvimento humano. Neste período histórico, havia uma necessidade do papel da mãe como cuidadora, uma vez que o único alimento disponível para suprir as necessidades dos bebês seria o leite materno.

Desse modo, originou-se a primeira divisão do trabalho, na qual era essencial que a mulher executasse a função de mãe, o que ocorreu por milênios. Saliente-se que esta antiga divisão sexual do trabalho era satisfatória para ambos os sexos, posto que se baseava no critério funcional. Ou seja, a distribuição das atividades era complementar, e não baseada na hierarquia de gênero. Assim, mulheres e homens detinham o mesmo prestígio social com base nas tarefas exercidas (Davis, 2016).

Nas sociedades em que os homens eram responsáveis por caçar animais selvagens e as mulheres, por colher legumes e frutas, os dois sexos tinham incumbências econômicas igualmente essenciais à sobrevivência de sua comunidade. Uma vez que, durante esses períodos, a comunidade era basicamente uma família estendida, o papel central das mulheres nas questões domésticas significava que elas eram adequadamente valorizadas e respeitadas como membros produtivos da comunidade (Davis, 2016, p. 215).

Posteriormente, com o sedentarismo e a agricultura, o principal fator que explica a cultura de submissão feminina é a instituição do comércio de mulheres:

A relação total de comércio que constitui o casamento não é estabelecida entre um homem e uma mulher [...] mas entre dois grupos de homens, e a mulher representa apenas um dos objetos na transação, não uma das partes. [...] Isso é verdadeiro mesmo quando os sentimentos da garota são levados em consideração, como, aliás, costuma ser o caso. Ao consentir com a união proposta, ela precipita ou permite que a transação se efetue; ela não pode alterar sua natureza (Lerner, 2019, p. 81, *apud* Claude Lévi-Strauss, 1969, p. 115).

Por meio da construção cultural, é possível compreender o comércio de mulheres entre tribos pela ideia da lealdade feminina, que poderia ser alcançada por meio do estupro, maternidade ou casamento. Por outro lado, tal fato não poderia ocorrer caso o comércio fosse entre homens.

Outro argumento apresentado é que, por haver um grande número de mortes durante o parto, tornou-se comum que as tribos realizassem o roubo/compra de mulheres, com o intuito de manutenção de suas comunidades. Como consequência a este argumento, surge a figura do guerreiro e do homem protetor, além de exacerbar o caráter reprodutor feminino.

Sob esse viés, com o crescente número de conflitos intertribais, as mulheres das tribos conquistadas eram escravizadas, ao passo que os homens eram mortos. Quando as tribos iniciaram o processo de escravização para ambos os sexos, houve uma distinção do papel de cada um: enquanto homens serviam como trabalhadores, mulheres eram usadas como trabalhadoras, servas sexuais e para reproduzir.

Assim, a combinação da escravização de mulheres com o racismo e o machismo foram as bases da formação de classes e da opressão. Percebe-se, portanto, que não é possível compreender o gênero de forma separada da classe, há

uma intersecção histórica: “a classe é expressa em termos relacionados ao gênero” (Lerner, 2019, p. 291).

Com isso, o parentesco foi um fator determinante para a dominação masculina nas relações sociais, uma vez que, ao comprar mulheres para o casamento, o homem comprou o poder de exercer direitos sobre estas. Nesse sentido, “o primeiro papel social da mulher definido pelo gênero foi ser trocada em transações de casamento. O papel de gênero obverso do homem foi ser aquele que executava a troca ou que definia os termos da troca” (Lerner, 2019, p. 292). A autora conclui, portanto, que a primeira apropriação privada foi a apropriação de mulheres para exercer a função de mercadoria, esposa e reprodutora.

Destarte, na Mesopotâmia, ocorreram mudanças culturais quanto à posição da mulher na sociedade, tendo em vista a institucionalização e a codificação por lei da sujeição feminina ao patriarca da família, além da exclusão feminina de determinadas posições e profissões e a garantia legal da dominação masculina nas relações de propriedade, o que se repetiu no processo civilizatório dos Estados.

Após a invenção da escrita e do estabelecimento do ensino formal, as mulheres são excluídas do mesmo acesso a tal educação. As cosmogonias, que oferecem a base para o estado arcaico, subjugam divindades femininas a deuses masculinos superiores e apresentam mitos de origem que legitimam a supremacia masculina (Lerner, 2019, p. 91).

No regime feudal, mulheres e homens trabalhavam nos campos e manufaturas. Com relação ao âmbito familiar, as mulheres e crianças desenvolviam as atividades principais. Ou seja, nota-se a mão de obra feminina ativa tanto no ambiente doméstico como no público (Saffioti, 2013).

Na Inglaterra Medieval, após o casamento, a mulher recebia o direito de trabalhar no comércio dos burgos, independente do marido. O matrimônio com um membro da guilda mercante atribuía à esposa os privilégios conferidos ao marido, possibilitando que esta participasse de eventos sociais e religiosos. No caso de falecimento do marido, à mulher eram conferidos todos os negócios mercantis. Sob esta perspectiva, tem-se que a possibilidade de ingresso de mulheres em ambientes de produção só era possível por meio de homens (Saffioti, 2013).

Para os homens, a classe foi e é baseada em suas relações com os meios de produção: aqueles que detinham os meios de produção

podiam dominar aqueles que não os detinham. Os donos dos meios de produção também adquiriam a mercadoria de serviços sexuais femininos, tanto de mulheres da própria classe quanto de mulheres de classes subordinadas. Na Antiga Mesopotâmia, na Antiguidade clássica e em sociedades escravocratas, os homens dominantes também adquiriam, como propriedade, o produto da função reprodutiva de mulheres subordinadas – os filhos, que seriam usados como trabalhadores, negociados para casamento ou vendidos como escravos, conforme o caso. Para as mulheres, a classe é mediada por meio de seus vínculos sexuais com um homem. É através do homem que as mulheres recebem ou perdem acesso aos meios de produção e a recursos. É por meio de seu comportamento sexual que ganham acesso à classe. “Mulheres respeitáveis” ganham acesso à classe por meio de pais e maridos, mas quebrar as regras sexuais pode rebaixá-las de classe (Lerner, 2019, p. 294).

Durante o Antigo Regime na França, em todos os âmbitos da vida social e de trabalho, a mulher dependia do consentimento e da tutela de um homem. Assim, as mulheres francesas estavam submetidas aos espaços privados, sendo a vida pública atribuída aos homens, posto que estes seriam “destinados” a conduzir a sociedade.

Com a Revolução Francesa no século XIX, ainda que existisse o ideal iluminista baseado na liberdade, igualdade e fraternidade, além de as mulheres terem encabeçado a Marcha Sobre Versalhes, um dos mais significativos acontecimentos no primeiro ano da Revolução, e, de fato, terem participado da luta ao lado dos homens contra o absolutismo, nenhuma figura feminina foi eleita para representar o Terceiro Estado no Congresso, visto que sequer tinham direitos políticos. Desse modo, mesmo em um ambiente revolucionário, houve a permanência de padrões culturais e políticos excludentes e resistentes à figura feminina em lugares/funções de poder.

Essa exclusão das mulheres pouco condiz com a Declaração dos Direitos do Homem, que proclama a igualdade entre todos os indivíduos. As mulheres não seriam “indivíduos”? A questão é embaraçosa; muitos pensadores – como Condorcet, por exemplo – pressentiram-na. Única justificativa: argumentar sobre a diferença dos sexos. É por isso que esse velho discurso retoma no século XIX um novo vigor, apoiando-se nas descobertas da medicina e da biologia. É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas “espécies” com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos (Perrot, 2017, p. 161).

Em todo esse período, também se construiu o ideal de que a felicidade feminina depende do casamento e da maternidade, tendo em vista que é a única possibilidade

de ascensão social. Por meio disso, existia a permanência do comportamento de submissão feminina e o de provedor masculino, além da perspectiva de que as atividades domésticas e a dedicação à esfera familiar são naturalmente femininas.

Desse modo, segundo Lerner (2019), há uma distinção categórica entre as funções biológicas e a construção cultural. Na primeira, homens e mulheres conseguiram se adaptar para viver na natureza, enquanto, na segunda, ocorreu a institucionalização de hábitos que naturalizaram a opressão feminina. Com o aumento da complexidade das sociedades, as distinções biológicas não eram mais premissas para a divisão sexual do trabalho, uma vez que esta era baseada na hierarquia de alguns homens sobre outros e destes sobre todas as mulheres.

Ou seja, o patriarcado não é natural, não é proveniente da diferença entre os sexos, sua construção ocorreu mediante a cultura. Assim, as distinções entre homens e mulheres na sociedade ocorrem por meio das relações sociais, “é uma relação de classe, ligada ao sistema de produção, ao trabalho e à exploração de uma classe por outra” (Guillaumin, Mathieu, Tabet, 2014, p. 17).

Gerda Lerner (2019) entende que, para a perpetuação do sistema patriarcal, é imprescindível a cooperação feminina, que ocorre por meio da doutrinação diária em todos os setores da sociedade, e, assim, para as mulheres, a inferioridade e a subalternização tornam-se naturais.

Desta breve análise histórica, compreende-se que, com a construção e a naturalização do patriarcado, o trabalho de cuidado geracional foi atribuído a mulheres. Assim, com a ascensão do sistema capitalista, de acordo Bordon (2021), ocorreu a incorporação entre este e o patriarcado, tornando-os interdependentes.

Com isso, houve uma clara distinção entre a produção econômica no ambiente público destinada para homens e a produção e reprodução da vida, por meio do trabalho não remunerado feminino, o que será analisado no tópico seguinte, a partir das concepções materialistas da História apresentadas por Karl Marx, e a ressignificação do feminismo materialista.

2.2 ANÁLISE DO CONCEITO DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL PELA PERSPECTIVA DO FEMINISMO MATERIALISTA

A Teoria da Reprodução Social (TRS), advinda das teorias feministas materialistas, tem o pressuposto de compreender a base da opressão das mulheres

no sistema capitalista (Vogel, 2022), por meio da correlação entre a opressão, vinculada ao gênero e à raça, e a exploração, relacionada à classe, bem como tornar visível a reprodução da força de trabalho como imprescindível à manutenção da vida. Para isso, utiliza-se do método marxista de análise da mercadoria, com o intuito de expandir os conceitos e responder a ausências teóricas.

A premissa central da Teoria da Reprodução Social é, conforme Tithi Bhattacharya (2023, p. 18), “o trabalho humano está no centro da criação ou reprodução da sociedade como um todo”. Assim, a TRS revela que a categoria essencial do sistema capitalista é o trabalho humano, e não a produção de mercadoria. Desse modo, questiona-se: quem produz e mantém a mão de obra necessária para o capitalismo?

Para responder a esta pergunta ao longo deste capítulo, é necessário compreender, inicialmente, o significado do termo reprodução social:

Refere-se a atividade e atitudes, comportamento e emoções, responsabilidades e relacionamentos diretamente envolvidos na manutenção da vida, diária e intergeracional. Envolve vários tipos de trabalho socialmente necessários-mental, físico e emocional – destinados a fornecer os meios definidos histórica, social e biologicamente pelos quais se mantém e reproduz a população. Entre outras coisas, a reprodução inclui as formas pelas quais alimentos, roupas e abrigo são disponibilizados para consumo imediato, como é realizada a manutenção e socialização das crianças, como os cuidados com idosos e enfermos são fornecidos e como a sexualidade é socialmente construída (Bhattacharya, 2023, p. 24-25, *apud* Brenner; Laslett, 1991, p.314).

A criação, a manutenção e a restauração da força de trabalho² (Vogel, 2022, p. 324 *apud* Marx, 2013, p. 164) ocorrem nas escolas, igrejas, comunidades, hospitais, associações e, principalmente, no ambiente doméstico, espaço no qual existe a organização das atividades de alimentação, educação, cuidado de doentes e idosos. Ou seja, onde se reproduz e substituem-se trabalhadores, em perspectiva diária e geracional. Dessa forma, no capitalismo, este trabalho de cuidado necessário em todos os estágios da vida humana ocorre no interior das famílias da classe trabalhadora.

² É preciso ater-se à compreensão de Marx: “por força de trabalho ou capacidade de trabalho deve-se entender o conjunto das capacidades mentais e físicas existentes em um ser humano, que ele exerce sempre que produz um valor uso de qualquer espécie”. Valor de uso é entendido por meio da ideia de utilidade, algo que “satisfaz necessidades humanas” (Vogel, 2022, p.324 *apud* Karl Marx).

Sob esse viés, a reprodução social ocorre tanto no ambiente público (produção) quando no privado (reprodução). No primeiro, o trabalhador sofre um processo de disciplinação para produzir mais-valia³ e, assim, é uma peça para a acumulação de riqueza do capital. No segundo, após a jornada de trabalho, por ser “livre”, o trabalhador fora do controle do capitalismo, está no momento de regeneração. É neste ambiente que se faz necessária a atividade de cuidado, como a alimentação, o lazer e o sono.

Ou seja, a produção de mercadorias para o capital é desenvolvida no mercado formal por meio da exploração da mão de obra dos trabalhadores. Já a produção e a reprodução destes ocorrem num ambiente externo. Dessa forma, conforme Marx, a força de trabalho é uma mercadoria *singular*, não produzida de forma capitalista (Bhattacharya, 2023). De acordo com Nancy Fraser (2023, p. 48):

Meu argumento é que o subsistema econômico do capitalismo depende de atividades socorreprodutivas externas a ele, que formam uma de suas condições básicas de existência. [...] A economia capitalista depende de – ou, pode-se dizer, pega carona em – atividades de provisionamento, cuidado e interação que produzem e mantêm laços sociais, embora não lhes conceda valor monetário e os trate como se fossem livres. Chamada de cuidado, trabalho afetivo ou subjetivação, essa atividade forma os sujeitos humanos do capitalismo, sustentando-os como seres naturais corporificados e, ao mesmo tempo, constituindo-os como seres sociais, formando o *habitus* e o *éthos* cultural em que esses seres se movem.

Da afirmativa da autora, compreende-se que, no sistema capitalista, a maioria dessas atividades de cuidado ocorrem de forma externa ao mercado e, portanto, não possuem a forma de trabalho assalariado. Por meio disso, com base na análise histórico-materialista, Vogel (2022) explica que o trabalho desenvolvido no âmbito doméstico produz valor de uso, pois a mão de obra é produzida, sem que haja o

³ Para formar o conceito de *mais-valia*, é necessário compreender o que seria o *valor de uso* e *valor de troca*. O *valor de uso* é referente à ideia de utilidade de determinada mercadoria, por exemplo, a serventia de uma cama ou de uma casa, enquanto o *valor de troca* é uma relação quantitativa entre dois valores de uso, ou seja, a proporção por meio da qual estes serão trocados (dois cachos de banana equivalem a três de uva). Por meio da análise destes processos, entende-se a moeda como um valor que reproduz a si. Assim, a *mais-valia* é o resultado de um processo capitalista de exploração, uma vez que é embutido o lucro no valor de uso das mercadorias, é uma alteração do anterior valor de troca (GIANOTTI, José Arthur. Considerações Sobre o Método. In: MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024).

processo de mercantilização. Ou seja: não há produção diretamente de mais-valia para o sistema capitalista.

Contudo, a atividade de cuidado não remunerada é imprescindível para que exista o trabalho remunerado, uma vez que, sem o trabalho realizado no âmbito doméstico, a escolaridade e a socialização, não haveria a mão de obra necessária para o acúmulo de capital.

Assim, para que haja a manutenção do sistema capitalista, é necessário que exista disponibilidade de mão de obra humana a um preço baixo, e, para isso, é essencial a renovação da força de trabalho ao longo do tempo (Vogel, 2022). Desse modo, esta também é uma compreensão de Karl Marx (2013, p. 275):

O proprietário da força de trabalho é mortal. Se, então, sua aparição no mercado deve ser contínua, e a contínua conversão de dinheiro em capital pressupõe isso, o vendedor da força de trabalho deve se perpetuar, 'da forma em que todo indivíduo vivo se perpetua, pela procriação'. A força de trabalho retirada do mercado por desgaste e morte, deve ser continuamente substituída por, no mínimo, uma quantidade igual de força de trabalho nova. Portanto, a soma dos meios de subsistência necessários para a produção da força de trabalho deve incluir os meios necessários para os substitutos do trabalhador, ou seja, seus filhos, a fim de que esta raça de peculiares proprietários de mercadorias possa perpetuar sua aparição no mercado.

No entanto, nota-se a ausência no pensamento de Marx quanto aos processos necessários para esta “procriação” e sobre o papel destinado historicamente para as mulheres na reprodução da mão de obra no interior das famílias da classe trabalhadora.

A partir desses conceitos iniciais, Vogel (2022) explica que este processo de reprodução é uma pré-condição imprescindível para que haja a produção de mercadorias no mercado formal, tendo em vista que todos os trabalhadores são mortais ou podem sofrer de doenças incapacitantes no curso da vida adulta, por isso, é necessária a reposição contínua de mão de obra.

Para que exista esta reposição geracional de trabalhadores, consequentemente, é essencial o processo biológico gestacional. Neste ponto, por meio da capacidade de gerar filhos, compreende-se a primeira diferença entre homens e mulheres na reprodução social, além de ser por meio disso que se constrói a divisão sexual do trabalho na sociedade (Vogel, 2022).

Nesse sentido, as origens da opressão feminina no sistema capitalista não se encontrariam, primordialmente, na atividade doméstica não assalariada desenvolvida no interior das famílias, encontram-se na “reposição geracional dos portadores da força de trabalho” (Vogel, 2022, p. 329). Ou seja, na dependência do capitalismo das funções biológicas que são unicamente desempenhadas por mulheres.

Assim, mesmo relevantes do ponto de vista da manutenção e da renovação da força de trabalho, a família não é a única forma existente, uma vez que o reabastecimento pode ocorrer também pela imigração ou pela escravização. Portanto, o grande diferencial está no papel desempenhado pela mulher da classe trabalhadora, tendo que gerar trabalhadores dotados de força de trabalho. Esta diferença biológica é a “pré-condição material para a construção social das diferenças de gênero, bem como um fator material direto na posição diferencial dos sexos em uma sociedade” (Vogel, 2022, p. 321).

Desse modo, a base material para a opressão das mulheres é formada por meio do fornecimento, pelos homens, dos meios necessários para a subsistência feminina, enquanto estas estão voltadas aos processos biológicos de reprodução e fora do mercado de trabalho (Vogel, 2022). A divisão familiar baseia-se nesse contexto, no qual a mulher é a responsável pelos primeiros cuidados com os filhos, o marido e a casa.

Com isso, para que o sistema capitalista mantenha a supremacia masculina, apenas se reconhece como forma legítima de trabalho a produção de mercadoria realizada no mercado formal, ao passo que o trabalho realizado diária e continuamente necessário para a manutenção da vida do trabalhador é naturalizado como inexistente (Bhattacharya, 2023).

De forma distinta, para Federici (2019), a origem do processo de naturalização do trabalho doméstico e de cuidado historicamente destinado às mulheres foi a sua falta de remuneração e, assim, teve início no interior das relações familiares. O trabalho desenvolvido no âmbito doméstico teve um fator decisivo para a definição da opressão/exploração das mulheres no sistema capitalista:

[...] é importante reconhecer que, quando falamos em trabalho doméstico, não estamos tratando de um trabalho como os outros, mas, sim, da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora (Federici, 2019, p. 42).

Nesse sentido, o salário pressupõe a existência de uma relação contratual, é uma maneira de reconhecimento da condição de trabalhador e, por isso, é possível lutar por aumentos ou mudanças na condição de trabalho. Destarte, significa que “você não trabalha porque gosta, ou porque é algo que brota naturalmente dentro de você, mas porque é a única condição sob a qual você está autorizado a viver” (Federici, 2019, p. 42). Ao contrário disso, a reprodução social foi transformada numa característica inerente da natureza feminina e, assim, não assalariada e não considerada como trabalho.

Desse modo, o capitalismo competitivo liberal criou o ideal imaginário de que a realização de tarefas domésticas e o cuidado dos filhos e maridos é intrínseco à feminilidade e, por isso, realizado por “amor”. Com uma intensa distinção ao trabalho desempenhado por dinheiro no ambiente público, este designado para homens, os quais são mais racionais por natureza.

Nessa perspectiva, construiu-se, socialmente, que o destino natural de qualquer mulher é ser mãe e esposa, a agir de um modo que expresse sua feminilidade ao extremo, como cuidar das necessidades fisiológicas das crianças, saber lidar com adolescentes, manter a casa e as roupas sempre limpas e, no final do dia, estar disponível para o marido (Friedan⁴, 1971). Portanto, a mulher tem que se realizar por meio dos maridos e dos filhos, ela é o meio para estes alcancem o sucesso e a visibilidade.

Sob esse viés, o casamento tornou-se a evidência de que uma mulher é verdadeiramente dotada de feminilidade. Entre 1950 e 1960, as revistas femininas propagavam a ideia de que deviam existir cursos de preparação para o casamento e consultores matrimoniais desde a escola, pois o excesso de cultura para as mulheres poderia causar problemas (Friedan, 1971).

Com a crescente disseminação na mídia da imagem de dona de casa feliz e realizada, houve uma diminuição na faixa etária para o casamento e o aumento do

⁴ A autora recebeu inúmeras críticas do movimento feminista negro, uma vez que ao escrever apenas sobre a realidade das mulheres brancas de classe média, as quais sentiam-se aprisionadas ao trabalho doméstico, não houve questionamentos sobre quem seriam as responsáveis pelo cuidado da família branca na ausência materna. Assim, a autora ignorou a existência do racismo estrutural presente na sociedade, que impõe atividades subvalorizadas para mulheres negras. (HOLLKS, Bell. Mulheres Negras: Moldando a Teoria Feminista. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Plataforma Scielo Brazil, 2015 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 29 de abr. de 2024).

número de filhos das famílias. Neste período, as mulheres eram influenciadas a pensar apenas na decoração da casa, na educação dos filhos e no bem-estar do marido. As questões políticas, econômicas e de relevância social deveriam ser decididas por homens.

Compreende-se, com isso, a existência de construções sociais que disponibilizaram oportunidades educacionais, colocando as mulheres de forma subalternizada aos homens na vida política e social. Assim, no período inicial do sistema capitalista, as alternativas disponíveis para as mulheres eram o casamento ou ocupações no mercado formal de pouco prestígio e mal remuneradas, como cuidadora de crianças ou costureira (Saffioti, 2013). Ou seja, independente da alternativa escolhida, a mulher reproduz a atividade de cuidado, o destino social feminino é baseado profundamente pelo gênero.

Após a análise da Teoria da Reprodução Social, demonstra-se, por meio da literatura, como a atividade de cuidado construída como inerente da natureza feminina influencia nas relações sociais e no papel de subordinação e inferiorização vivenciado diariamente por mulheres.

3 A INVISIBILIZAÇÃO E A NATURALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CUIDADO EM *TORTO ARADO*

Quando deram a liberdade aos negros, nosso abandono continuou. O povo vagou de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por nada. Se sujeitando a trabalhar por morada. A mesma escravidão de antes fantasiada de liberdade. Mas que liberdade?

Itamar Vieira Júnior.

Este capítulo busca analisar a correlação entre a invisibilização e a naturalização do trabalho de cuidado e a opressão de gênero por meio da obra *Torto Arado* (Vieira, 2019), de Itamar Vieira Júnior. O livro retrata a vida cotidiana de trabalhadores rurais da Fazenda Água Negra. Ao descrever as relações entre os proprietários e a população pobre que precisa da terra para sobreviver, apresenta também a distinção entre as atividades determinadas como naturais para homens e mulheres.

É imprescindível salientar a relevância social da presente obra. *Torto Arado* foi vencedor dos prêmios literários Oceanos de 2020, Jabuti de Romance Brasileiro de 2020 e de Livro Brasileiro Publicado no Exterior de 2022. Além disso, atualmente, Itamar Vieira Jr. é o autor vivo mais lido do Brasil (Almeida, 2021).

Torto Arado foi o escolhido para desenvolver o presente trabalho por refletir a história da construção social do Brasil por meio do perfil das personagens femininas principais, as irmãs Bibiana e Belonísia. Desse modo, existe a representação da violência de gênero por meio de personagens nordestinas, pobres, negras e sem estudo. Com isso, entende-se a relação entre a idealização do casamento e da maternidade como o destino natural das mulheres e o posto de inferioridade feminina determinado pelas construções culturais.

Portanto, a metodologia de análise deste fenômeno sociológico observa os componentes de gênero perpassados pela classe e raça das duas personagens, com o intuito de compreender os reflexos das imposições sociais e a determinação das atividades que cada uma exercerá e o lugar de relevância que possuem.

Nesse sentido, por meio da presente obra, é possível evidenciar aspectos da realidade, sem que haja um compromisso objetivo com esta, tendo em vista que a

literatura é uma forma de expressar as condições de cada sociedade em que é desenvolvida (Candido, 2006). É através do elemento histórico-cultural narrado em cada personagem que se analisa o papel construído e determinado para as mulheres. Assim, as personagens são uma transfiguração da pessoa real numa obra ficcional, são os reflexos das experiências vividas (Barreto, 2021).

Para além disso, com a análise literária, depreende-se um compilado de fenômenos sociais, mediante o ambiente, costumes, mentalidade e os traços comuns entre os grupos (Candido, 2006). Nesse sentido, será utilizada a literatura como aparato para a consciência de estudo dos fenômenos e dimensões sociais, por meio da análise contextual entre imagética criativa de *Torto Arado* e a sociedade, para compreender a correlação entre a atividade de cuidado e a opressão de gênero.

Conforme Cândido,

[...] a literatura passa de tal modo a ser um elemento da ordem social, que não se sente nela a vibração e a receptividade em face das novas sugestões da vida, em constante fluxo. Daí um novo movimento, para lhe dar amplitude ainda maior, fundando-a, não no gosto e no interesse de um limitado setor da sociedade, mas na vida profunda de toda esta, na sua totalidade” (Candido, 2006, p. 173).

Em face desta afirmação, compreende-se a função social da literatura, como um produto cultural, por meio do qual o autor pode dar historicidade aos fenômenos sociais, posto que existe uma relação intrínseca entre a literatura e a sociedade. Nesse sentido, por meio da linguagem, é possível construir a história que foi negada para muitos povos pela historiografia oficial (Almeida, 2021), como uma forma de preencher lacunas e situar-se no tempo, sem que haja acesso aos fatos objetivos em si.

Assim, a presente obra está inserida na corrente do realismo social, com a característica marcante de demonstrar os reflexos das relações culturais na sociedade, por meio da observação do cotidiano narrado. Nesse contexto, o autor incorpora o sistema simbólico vigente com a experiência coletiva (Candido, 2006) e, com isso, recria as relações sociais na Fazenda Água Negra.

Por meio desta análise entre o real e o simbólico, é possível compreender estruturas presentes na sociedade, como o patriarcalismo por meio da naturalização dos papéis de gênero produtivo e reprodutivo.

Dessa forma, na construção da presente obra, compreendem-se os reflexos das relações de gênero de uma maneira específica: os três capítulos da obra são narrados por mulheres, há a presença de personagens femininas fortes, contudo, os espaços e locais de poder ainda são ocupados pelos personagens masculinos. É por meio disso que se busca analisar a correlação entre a atividade de cuidado historicamente relegada às mulheres, a invisibilização e o afastamento de figuras femininas dos espaços de poder.

Inicialmente, na primeira parte do livro, o acidente trágico entre as irmãs Bibiana e Belonísia é o ponto central da narrativa. A partir disso, compreende-se a dinâmica vivenciada na Fazenda Água Negra, com a avó paterna, Donana, que esconde inúmeros segredos ao longo da vida e é a parteira responsável pelos nascimentos dos novos trabalhadores da propriedade rural. Zeca Chapéu Grande, o pai e curador da Fazenda, é representado como um homem conciliador, sábio e trabalhador incansável (Leite, 2023).

Vi a vergonha de meu pai crescer diante de nós, sem poder fazer nada. Zeca Chapéu Grande era um curador respeitado e conhecido além das cercas de Água Negra. Mas ali, nos limites da fazenda, sob o domínio da família Peixoto – que quase não colocava os pés por lá a não ser para dar ordens, pagar o gerente e dizer que não poderíamos fazer casa de tijolo – e de Sutério, sua lealdade pela morada que havia recebido no passado, quando vagava por terra e trabalho, falava mais alto. Vi minha mãe se movimentar, seus olhos se injetaram, indignados, mas se deteve ao perceber meu pai se sentindo incapaz de questionar e reclamar de qualquer coisa. Muito pelo contrário, ainda colaborava com sua liderança espiritual para a manutenção da ordem entre as famílias que moravam ali (Vieira, 2019, p. 86).

Destarte, Salustina Nicolau, a mãe, é simbolizada como a típica dona de casa do sertão nordestino, responsável pelos cuidados com os filhos e a casa, e dependente e submissa das determinações do marido. Após o acidente, Salu deixou de trabalhar por semanas para se dedicar exclusivamente aos cuidados com as filhas, é natural que a mãe exerça este papel de cuidadora e que o pai continue a trabalhar.

Nossas feridas foram suturadas, e permanecemos juntas por mais dois dias. Saímos com um carregamento de antibióticos e analgésicos nas mãos. Teríamos que voltar dali a duas semanas para retirar os pontos. Teríamos que comer mingaus e purês, alimentos pastosos. Minha mãe deixaria o trabalho na roça nas semanas que se seguiriam para se dedicar integralmente aos nossos cuidados (Vieira, 2019, p. 19).

Além disso, Zeca Chapéu Grande é muito conhecido e respeitado na Fazenda pelo posto de curador que desempenha. Inúmeras pessoas saíam de diversas regiões para serem internadas e curadas por Zeca. Na narrativa, os filhos do curador possuíam grande orgulho da função exercida e da paternidade ampliada do pai.

No entanto, Salu é quem realmente precisa permanecer no ambiente doméstico para realizar os primeiros cuidados com o doente, contudo, não recebe qualquer crédito ou devoção por isso, é como se apenas agisse de forma complementar aos poderes do marido. Assim, o papel feminino de cuidadora é invisibilizado, enquanto aos homens é devido respeito pelo dom, inteligência e função que ocupam.

Eram famílias que depositavam suas esperanças nos poderes de Zeca Chapéu Grande, curador de jarê, que vivia para restituir a saúde do corpo e do espírito aos que necessitavam. Desde cedo, havíamos precisado conviver com essa face mágica do nosso pai. Era um pai igual aos outros pais que conhecíamos, mas que tinha sua paternidade ampliada aos aflitos, doentes, necessitados de remédios que não haviam nos hospitais, e da sabedoria que não havia nos médicos ausentes daquela terra. [...] Minha mãe era a que mais sofria, porque precisava permanecer em casa, atenta aos horários dos remédios, acompanhando os parentes que também se acomodavam com o doente (Vieira, 2019, p. 33).

Posteriormente, com a passagem da narrativa, por existir a necessidade constante de novos trabalhadores para executarem os serviços na fazenda, em um regime de servidão⁵, Zeca Chapéu Grande convidou Servó, irmão de Salu, para residir em Água Negra. Desse modo, “podia trazer mulher e filhos, melhor assim, porque quando eles crescessem substituiriam os mais velhos” (Vieira, 2019, p. 41), com isso, Servó foi acompanhado de Hermelina e dos seus seis filhos.

Dentre estes, Severo era o mais velho, narrado como idealista, inquieto, revolucionário e inteligente. Foi o motivo de um grande distanciamento entre Bibiana e Belonísia, tendo em vista a paixão secreta nutrida pelas irmãs.

Eu e Belonísia, estranhamente, já que estávamos cada vez mais próximas, nos dispersávamos nesses momentos, talvez de forma irrefletida, para disputar a atenção de Severo. Domingas e Zezé se ocupavam com brincadeiras com os menores, enquanto nós, quase adolescentes, descobríamos aos poucos o interesse que um menino poderia despertar em duas moças com seios despontados nos

⁵ No qual existe uma troca entre a terra para morada e plantação de subsistência dada aos trabalhadores, e o trabalho prestado ao proprietário, sem que exista outra forma de remuneração.

vestidos, ancas se firmando e o perfume do corpo abundando como nunca (Vieira, 2019, p. 43).

Primordialmente, nota-se a presença da estrutura patriarcal de forma enraizada, pela naturalização dos ensinamentos sobre o cuidado com os maridos e filhos destinados às mulheres, numa forma cíclica de reprodução da cultura de subordinação. Como é perceptível na passagem da infância de Belonísia e Bibiana, por meio da disciplinação existente no ambiente doméstico e escolar, no pressuposto de que é responsabilidade da mulher sempre dar um jeito de solucionar os problemas da casa.

Naquele momento, fui sendo tomada de pavor, mas fiz de tudo para não transparecer minha tristeza. Apesar de assustada e em dúvida, não queria magoá-lo. Era natural aquela repulsa, afinal nunca havia saído de casa. Ali, na tapera de Tobias, tudo era novidade. Em breve se tornaria um lugar que poderia me trazer gosto. Nada que uma mulher não possa dar jeito, assim haviam me ensinado, tanto em casa quanto nas aulas da professora, na casa de dona Firmina (Vieira, 2019, p. 110).

Ou seja, a mulher é ensinada desde o nascimento a ser dócil, cuidadosa, dependente e, principalmente, a se sacrificar pelo marido, numa forma constante de agradecimento pela “proteção” recebida (Federici, 2019). No entanto, os homens não precisam demonstrar qualquer forma de agradecimento, apenas por serem homens.

A mesa limpa, as moscas que voavam mais distantes, a comida que fumegava no fogão. Não agradeceu, era um homem, por que deveria agradecer, foi o que se passou em minha cabeça, mas conseguia ver em seus olhos a satisfação de quem tinha feito um excelente negócio ao trazer uma mulher para sua tapera (Vieira, 2019, p. 113).

Na obra supracitada, percebe-se a distinção entre a trajetória das irmãs Bibiana e Belonísia: enquanto a primeira buscou um segundo trabalho, a segunda se manteve no trabalho doméstico e na lida com a terra. Entretanto, mesmo com as distinções, é perceptível a incorporação da reprodução do trabalho de cuidado e manutenção da mão de obra pelas duas. Tendo em vista que, mesmo estando em um ambiente público e assalariado, o trabalho disponível para as mulheres reproduz o trabalho doméstico.

Nesse sentido, é imprescindível analisar a vivência de cada uma das irmãs para compreender a invisibilização e a naturalização do trabalho de cuidado em suas diversas nuances.

Desse modo, o capítulo divide-se em duas partes: a primeira analisará a influência da designação da atividade doméstica como atributo natural feminino na vida de Bibiana, enquanto a segunda parte observará os reflexos para Belonísia.

3.1 BIBIANA

Com a descoberta da gravidez e a decisão de que iriam se casar, Bibiana e Severo armaram uma fuga da Fazenda Água Negra, por medo da reação dos pais. Assim, para sobreviver na cidade, além do trabalho doméstico, a personagem precisou ingressar no mercado assalariado, no qual trabalhava como ajudante de cozinha, diarista ou cuidando de crianças. E, posteriormente, fez o curso de magistério para formar-se professora.

Nesse sentido, quando a mulher ingressa no mercado de trabalho assalariado, há um aumento da exploração sofrida, uma vez que passará a ter uma dupla/tripla jornada, bem como haverá a permanência da reprodução das tarefas domésticas impostas (Federici, 2019). Desse modo, no exemplo literário, compreende-se que, ao tentar fugir da exploração vivida na Fazenda, a única oportunidade disponível no ambiente assalariado estende-se ao trabalho já executado no ambiente doméstico. Sob esse viés, aduz Silvia Federici (2019, p. 50):

O segundo trabalho não só aumenta nossa exploração como também reproduz simplesmente o nosso papel de diversas formas. Para onde quer que olhemos, podemos observar que os trabalhos executados por mulheres são meras extensões da condição de dona de casa em todas as suas facetas.

Além disso, a ausência de pagamento para as atividades domésticas realizadas diariamente tem como consequência os baixos salários recebidos no mercado de trabalho, posto que, “os empregadores sabem que estamos acostumadas a trabalhar por nada e que estamos tão desesperadas para ganhar um dinheiro próprio que eles podem nos ter a um preço baixo” (Federici, 2019, p. 74).

Na formação histórica do Brasil, existe a interseccionalidade entre a violência de gênero e a racial. Com a abolição da escravidão, o único trabalho disponível para mulheres negras é a atividade doméstica realizada no interior das famílias brancas (Gonzalez; Lima; Rios, 2020). Como a obra analisada passa-se no sertão nordestino,

também se destina a elas as atividades de agricultura necessárias para a alimentação e a manutenção da família.

Ao passo que, às mulheres brancas da classe média, é estabelecido o espaço privado familiar, no qual está submetida aos interesses do marido e filhos, e são patroas das mulheres negras que exercem o serviço doméstico. Em *Torto Arado*, com a chegada dos novos patrões, Salomão e Estela, as mulheres de Água Negra têm o dever de fazer banquetes para recebê-los e sentem-se submetidas aos interesses destes, naturalizando-se a supremacia dos brancos sobre os negros.

Almoçaram na casa de Firmina numa das visitas à fazenda, enquanto escolhiam o lugar para construir a casa-grande. Firmina matou uma galinha para receber os novos donos de Água Negra, fez um pequeno banquete com abóbora e quiabo, picadinho de palma e arroz. Ela se sentia apenas inquilina, embora morasse ali mais de quarenta anos, e apesar de o dono estar na terra tão pouco tempo, sentia como se devesse favores por estar na terra alheia. Salomão comeu o que lhe serviram. A mulher não tocou na comida, dizia que tinha uma alimentação especial, agradeceu por tudo, mas ficou claro que sentia nojo (Gonzalez; Lima; Rios, 2020).

Diante disso, depreende-se que, ao sair do ambiente privado, a mulher negra continua obrigada a reproduzir as funções necessárias para a manutenção da mão de obra de forma mal remunerada, por exemplo, na função de empregada doméstica exercida por Bibiana.

Compreende-se, com isso, que, com a remuneração da atividade de cuidado, além da divisão sexual do trabalho, há a presença do racismo estrutural, uma vez que este trabalho doméstico é destinado, majoritariamente, a mulheres pobres e negras, enquanto mulheres brancas privilegiadas trabalham em empregos bem remunerados e valorizados (Hopkins, 2023). Ou seja, mulheres racializadas são contratadas para suprir a necessidade de reprodução social de outras famílias, para que mães brancas consigam trabalhar para o Capital, num ciclo permanente de conservação do sistema capitalista e patriarcal.

Saliente-se, ainda, a segunda ou terceira jornada de trabalho imposta a estas mulheres, pois precisam realizar a reprodução social em seus próprios lares. Neste ambiente, não são remuneradas e, por isso, não é considerado um trabalho, o que torna uma atividade sem fim e que as degrada diariamente.

Como a minha irmã, naquele breve período de quase dois anos em minhas contas, havia envelhecido! Estava com os quadris largos, não tinha mais o viço da mocidade. A única coisa que ainda a fazia parecer jovem eram as espinhas brilhantes que despontavam como pontos amarelos em seu rosto. Por todo o resto, parecia ter mais dez anos. Aquele tempo parecia ter passado com violência para ela, agora mãe de um menino. Pude ver seus seios desapontarem da roupa que vestia, cheios, caídos de amamentar Inácio. Mas isso nada significava para nós mulheres da roça. Éramos preparadas desde cedo para gerar novos trabalhadores para os senhores, fosse para as nossas terras de morada ou qualquer outro lugar onde precisassem (Vieira, 2019, p. 129).

Outra questão importante a ser destacada na obra é o patriarcalismo. Como explicado no capítulo anterior, existe uma cultura de superioridade do sexo masculino em todos os setores sociais, que perpassa todas as classes, manifestada no comportamento, autoridade e prestígio social do patriarca.

Com a morte de Zeca Chapéu Grande, as pessoas da fazenda sentiam-se “órfãs” do posto de liderança exercido pelo curador. Assim, com o retorno de Severo e Bibiana para a Fazenda, este assumiu o comando da luta por terra e igualdade no campo.

Nesse campo desigual, Severo levantou sua voz contra as determinações com que não concordávamos. Virou um desafeto declarado do fazendeiro. Fez discursos sobre os direitos que tínhamos [...] Aquele sentimento de desamparo que o povo havia sentido com a morte de meu pai foi sendo substituído pela liderança de Severo (Vieira, 2019, p. 129).

Contudo, Bibiana tornou-se apenas a companheira do marido. Analisa-se isto por meio da ideia de que apenas Severo seria o grande inimigo do fazendeiro, o único capaz de produzir mudanças estruturais na fazenda, uma voz a ser silenciada, o que se comprovou com o seu assassinato. Enquanto Bibiana, com ideias tão revolucionárias quanto as do personagem, não possuía a mesma voz e relevância.

Com isso, o máximo de voz ativa que Bibiana consegue ter na sociedade é como professora de Ensino Fundamental, papel destinado socialmente para mulheres, uma vez que reproduz a atividade de cuidado, ou como companheira que apoia a liderança do marido. Para além disso, somente com o assassinato de Severo, Bibiana tem a “licença” para ocupar o posto de líder, tendo em vista a ausência dos dois patriarcas da família:

Durante toda a sua vida, Bibiana havia visto o pai organizando as empreitadas de trabalho ou conduzindo a assistência na cerimônia de Jarê. Nunca imaginou, entretanto, que aquela incumbência de falar ao povo da fazenda recairia aos seus ombros. Até mesmo porque Severo era quem vinha falando aos moradores, organizando resistência ao cerco que Salomão e seus empregados vinham instituindo, embora ela se inteirasse e participasse de forma ativa da movimentação (Vieira, 2019, p. 218).

Ao observar esta passagem, compreende-se que Bibiana possuía os ideais de luta pela igualdade no campo tanto quanto Severo. Entretanto, a responsabilidade de organizar o povo recaía sobre este, já que, no patriarcado, a liderança sempre é devida ao sexo masculino, enquanto, para as mulheres, é destinado o lugar de companheira e apoiadora. Assim, somente após o assassinato do marido e a ausência do patriarca, a liderança na luta comunitária passou a ser de Bibiana.

3.2 BELONÍSIA

Em *Torto Arado*, o grande marco da passagem para vida adulta de Belonísia é o momento em que ela aceita morar com Tobias, vaqueiro da Fazenda Água Negra. Com a passagem da narrativa, Belonísia torna-se serva física, emocional e sexual. Conforme Federici (2019), no ciclo de reprodução da atividade de cuidado, as mulheres têm o papel de cuidar do ego masculino ferido durante o trabalho, o que cria um trabalho permanente e, ao mesmo tempo, invisível.

Para a autora, “quanto mais pobre a família, maior a escravidão a que a mulher está submetida” (Federici, 2019, p. 45), isto porque, quanto maior a exploração sofrida no ambiente de trabalho assalariado, maior é a autorização para que o homem descarregue na mulher toda a sua exaustão: “quanto mais o homem serve e recebe ordens, mais ele manda” (Federici, 2019, p. 45).

Para Belonísia, foi naturalizada a sexualidade como mais uma forma de trabalho, como cozinhar ou varrer o chão. Na sociedade patriarcal, a sexualidade da mulher é um dever, um dos outros inúmeros trabalhos necessários para agradar os homens, “pelo fato de se esperar que proporcionemos uma libertação, inevitavelmente nos tornamos o objeto sobre o qual os homens descarregam sua violência reprimida” (Federici, 2019, p. 57).

Nota-se, ainda, que, com o casamento, existe a naturalização do trabalho de cuidado, a mulher precisa cuidar do marido e servi-lo. Assim, a subserviência passa a

ser um atributo inerente às mulheres, o próprio termo “mulher” se torna um sinônimo de servidão.

A coisa ficou tão ruim que eu me antecipava, nem esperava ele pedir, já dava tudo em suas mãos: cinto, sapato, chapéu, gibão, facão, só para não o ouvir chamar “mulher”. Me sentia uma coisa comprada, que diabo esse homem tem que me chamar de mulher, minha cabeça agitada gritava (Vieira, 2019, p. 116).

Sob esse viés, com a passagem do tempo, além do posto de servidão imputado a Belonísia, a violência diária também é refletida pelo sentimento de culpa e na convicção da superioridade masculina. Desse modo, por meio das inúmeras reclamações de Tobias, é criada a ideia de que a necessidade inicial de ter uma mulher não estava sendo suprida corretamente, é preciso constantemente aprender a lidar com os desejos do marido.

Eu parava o que estivesse fazendo para servi-lo. No começo, parecia apreciar minha comida, sempre repetia. Depois passou a reclamar que tinha muito ou pouco. Que o peixe estava cru, e me mostrava pedaços em que não conseguia enxergar a falta de cozimento, ou outros que se esbagaçavam com as espinhas, dizendo que tinham cozido demais. Nessas horas eu ficava aflita, o coração aos pulos, magoada comigo mesma, me sentia uma tonta por ter sido desleixada com o preparo (Vieira, 2019, p. 115).

Ao longo da vivência com Tobias, com as opressões sofridas diariamente, Belonísia sentia-se culpada e envergonhada por ter escolhido morar com ele. Entretanto, não conseguia sair deste ciclo por medo dos julgamentos dos vizinhos. Além de que, para a personagem, até nos casamentos bem-sucedidos, a mulher precisa passar por penitências.

A maior inquietação de Belonísia é a domesticação da sua personalidade vivenciada com o casamento. Enquanto criança e adolescente, tinha o gênio forte, era vista como rebelde, pois não se detinha a cumprir apenas os desejos do patriarca, “arisca, parei de ir para a escola mesmo sabendo qual a vontade do meu pai” (Vieira, 2019, p. 117). Contudo, nos limites da relação com Tobias, não conseguia reagir às inúmeras formas de violência sofridas, já que o seu destino natural deveria ser a manutenção do matrimônio.

As trabalhadoras do campo são preparadas desde a infância para ter muitos filhos, com o intuito de que exista mão de obra disponível para executar as atividades rurais. É natural que, ainda adolescentes, iniciem o papel de reprodutoras, o que as

degrada física e emocionalmente: “muitas caíam sob o peso da insistência, não resistiam às abordagens, e com as bênçãos dos pais se uniam com seus corpos ainda em formação. Sucumbiam ao domínio do homem, dos capatazes, dos fazendeiros das cercanias” (Vieira, 2019, p. 54).

O reflexo da cultura da naturalização da mulher como mãe e esposa é perceptível em inúmeras personagens de *Torto Arado*. Por exemplo, Maria Cabocla, desde muito jovem, está no posto de cuidadora do lar e dos filhos, além de permanecer em um casamento repleto de agressões físicas, por medo de não conseguir sustentar a casa na ausência do marido.

De Maria guardava, sobretudo, as histórias das muitas fazendas por onde havia andado. Da avó que havia sido pega no mato a dente de cachorro. Maria estava magra, parecia ter uma fome permanente. Seu corpo miúdo tinha manchas púrpura, era possível ver à luz do dia. Mulher bonita, minha mãe diria, mas maltratada. Todas nós, mulheres do campo, éramos um tanto maltratadas pelo sol e pela seca. Pelo trabalho árduo, pelas necessidades que passávamos, pelas crianças que paríamos muito cedo, umas atrás das outras, que murchavam nossos peitos e alargavam nossas ancas (Vieira, 2019, p. 119).

Sob esse viés, com esta imposição à maternidade e ao casamento presente desde a infância das mulheres, e após a fuga de Bibiana para casar com Severo, Belonísia sentia a necessidade “natural” de ter filhos, “quanto mais criança via nascer, mais sentia como se seu corpo vibrasse em movimento, pedindo para parir, como se a terra úmida parece pedir para ser semeada” (Vieira, 2019, p. 105).

Entretanto, a personagem não pôde conceber, além de ter se tornado viúva muito jovem, ou seja, não estava presa nas relações sociais comuns designadas para mulheres. Contudo, o fato de não exercer a maternidade e a viuvez não a livraram das atividades de cuidado. O que é perceptível durante o adoecimento e velhice de Zeca Chapéu Grande, momento em que houve uma divisão familiar para executar as tarefas: a atividade de cuidado era destinada para as mulheres, enquanto a obrigação com roça era um dever dos homens.

Em contrapartida, por ter uma ligação com a terra e com as atividades ditas como masculinas, Belonísia também as executava, mas devia também exercer o trabalho de cuidado, já que isso seria inerente da feminilidade.

Meu irmão alternava os dias de trabalho em sua roça com o dia de trabalho na roça do pai, comigo. [...] Em determinado momento ele só

pôde ficar sentado para que não sufocasse nos líquidos que borbulhavam em seu peito. Às vezes era Domingas que o amparava na cama. Minha mãe também fazia, mas logo se cansava, embora não se queixasse. Bibiana continuava indo para a escola, mas nas horas vagas se posicionava, amparando o corpo do pai. E eu da mesma forma (Vieira, 2019, p. 162).

Nesse sentido, como o trabalho doméstico e de cuidado é imposto às mulheres como um atributo natural, próprio da personalidade feminina, mesmo que não exista um homem para quem a mulher deve subserviência direta, ainda há uma relação de subordinação com o mundo masculino de forma geral (Federici, 2019).

Portanto, mesmo Belonísia contrariando inúmeros estereótipos designados para as mulheres, vivendo sozinha após a morte do marido, numa tentativa de autoproteção, sem que devesse agradecimento a qualquer homem por isso, ainda existe o predomínio da subalternização e de imposições provenientes do sistema patriarcal.

Outro ponto importante é a ligação de Belonísia com a terra, principalmente após a morte de Tobias. Com a ascensão do capitalismo, a agricultura de subsistência passa a ser uma forma de reprodução do trabalho doméstico, tendo em vista que os alimentos consumidos pelos trabalhadores são majoritariamente provenientes desta forma de plantio, a qual é realizada principalmente por mulheres (Federici, 2019): “o tempo que sobrava era para cuidar de nossas roças, porque senão não comíamos. Era homem na roça do senhor e mulher e filhos na roça de casa, nos quintais, para não morrerem de fome” (Vieira, 2019, p. 220).

Na obra em análise, os trabalhadores precisavam cuidar das terras e dos animais dos proprietários para que pudessem permanecer na Fazenda, enquanto a plantação para subsistência passou a ser responsabilidade das mulheres e dos filhos, uma vez que seria a extensão da atividade doméstica.

Com a análise da obra *Torto Arado*, é perceptível como o patriarcado é presente na cultura brasileira, tendo em vista a naturalização do trabalho de cuidado imposto às mulheres, mediante o trabalho não remunerado realizado diariamente para reproduzir novos trabalhadores, escondido através da ideia de que o “cuidado” e o “amor” são atributos inerentemente femininos. Desse modo, nota-se que, além da exploração, sofrida por todos os trabalhadores, as trabalhadoras não assalariadas sofrem da opressão de gênero e raça, posto que são submetidas a uma construção social de subordinação à cultura de superioridade e dominação masculina.

4 A CORRELAÇÃO ENTRE A INVISIBILIZAÇÃO E A NATURALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CUIDADO E A PERPETUAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA

O medo atravessou o tempo e fez parte da nossa história desde sempre.

Itamar Vieira Júnior

Este capítulo divide-se em duas partes: a primeira analisa a contradição inerente do sistema capitalista entre a produção no ambiente público e a reprodução social; a segunda trata da racialização das atividades domésticas remuneradas, para demonstrar a relação entre a opressão de gênero, raça e classe e a imposição de trabalhos mal remunerados e subvalorizados.

4.1 CONTRADIÇÃO ENTRE PRODUÇÃO CAPITALISTA E REPRODUÇÃO SOCIAL

O trabalho de produção de mercadoria e o trabalho de reprodução de pessoas são partes integradas na totalidade sistêmica necessária para a manutenção capitalista, uma vez que “o trabalho assalariado para a obtenção de lucro não poderia existir sem o trabalho (na maioria das vezes) não assalariado da produção de pessoas” (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019). Por isso, devem ser compreendidos a partir da integração entre ambas as esferas. Dessa forma, Bordon (2021) afirma que, para Marx, na sociedade burguesa, o conjunto dessas relações sociais forma o modo de produção mais complexo existente.

Sob essa perspectiva, compreende-se a forte tendência de crise interna, tendo em vista que a acumulação capitalista não é autossustentável, depende continuamente da exploração da mão de obra dos trabalhadores, enquanto a renovação destes depende do trabalho realizado no interior das relações familiares (Fraser; Bhattacharya; 2023). Assim, o capitalismo funciona de forma contraditória, pois a sua manutenção necessita diretamente da atividade de cuidado, “por outro, ele renega os custos desta última e confere a ela pouco ou nenhum valor econômico. [...] são tratadas como “dávias” gratuitas e inesgotáveis que não exigem atenção ou renovação” (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 76).

Ou seja, mesmo que o sistema precise imprescindivelmente desta atividade, não a considera como um trabalho legítimo que gera custos, cansaço psicológico e

demanda de tempo. Pressupõe-se apenas que sempre haverá disponibilidade feminina para executá-lo, pois o trabalho doméstico foi transformado como uma característica, em parte, da própria natureza da mulher, como o papel mais importante a ser desempenhado e um destino natural a ser seguido (Federici, 2019).

Portanto, a contradição capitalista está na fronteira entre o ambiente público (produção) e ambiente doméstico (reprodução), sendo uma das responsáveis pela “tendência geral de crise social” (Fraser; Bhattacharya; 2023, p. 51). Assim, na história do capitalismo, há inúmeros momentos de crises da reprodução social, o que causa uma desestabilização, tendo como consequência alterações nestas relações sociais. Desse modo, Fraser (2023) faz uma distinção entre três momentos de modificações nas relações de produção/reprodução.

O primeiro é o capitalismo liberal do século XIX. Neste período, havia acentuada contradição entre a produção capitalista e a reprodução social, por meio da construção do ideal de “docilidade”. Com a Revolução Industrial, houve a modificação do trabalho artesanal para o trabalho com a utilização de máquinas. Com isso, a produção em série nas fábricas não dependia de grande força muscular para ser executada. Assim, os industriais passaram a explorar a mão de obra feminina e de crianças por horas ininterruptas. Portanto, além do trabalho doméstico, as mulheres passaram a exercer a atividade fabril. Consoante Marx (1998, p. 449):

[...] a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados [...] sob o domínio direto do capital.

Desse modo, a vulnerabilidade social das mulheres da classe trabalhadora era demonstrada a partir do medo crescente de perder salários ou o desemprego. As trabalhadoras grávidas continuavam a desempenhar funções nas fábricas até os últimos momentos da gestação. Por isso, após horas de trabalho, era comum que houvesse abortos espontâneos, complicações no parto ou o nascimento de crianças sem vida.

Além disso, nas condições sociais deste período, as mulheres retornariam para as fábricas nas primeiras semanas pós-parto, o aleitamento ocorria entre intervalos

de trabalho. Consequentemente, por crescerem sem os nutrientes e cuidados necessários, a maioria destes bebês não alcançavam a primeira infância (Vogel, 2022), o que resultou em:

Uma crise em pelo menos dois níveis: uma crise de reprodução social entre os pobres e as classes trabalhadoras, cujas capacidades de sustento e reposição foram esticadas até o ponto de ruptura e uma crise de pânico moral entre as classes médias, que ficaram escandalizadas com o que entendiam como a “destruição da família” e a “dessexualização” das mulheres proletárias (Fraser; Bhattacharya; 2023, p. 53).

Neste sentido, com o trabalho exaustivo que culminou na dizimação da força de trabalho, as lutas proletárias de 1830 e 1840 e o pânico moral presente entre as classes médias, o Capital precisou redesenhar o conceito de família para o que é conhecido e reproduzido atualmente. A família, portanto, é construída para garantir a produção em quantidade e qualidade da força de trabalho, além de garantir a disciplina necessária para que os trabalhadores continuassem a obedecer à lógica capitalista (Federici, 2019).

A ação das mulheres no século XIX consistiu sobretudo em ordenar o poder privado, familiar e materno, a que eram destinadas. Bonnie Smith mostra como as burguesas do Norte da França, excluídas, depois de 1860, da gestão dos negócios a que até então estavam associadas, retiradas em suas belas casas doravante afastadas do perímetro da fábrica, administram seus interiores, a numerosa família e a criadagem, edificando uma moral doméstica coerente, que dá sentido às suas menores ações. A fé contra a razão, a caridade contra o capitalismo e a reprodução como justificativa fundamental constituem os eixos principais dessa moral (Perrot, 2017, p. 163-164).

Este movimento para redesenhar as relações sociais iniciou-se com a legislação de proteção na Europa, a partir do pressuposto de reduzir a exploração de mulheres e crianças nas atividades das fábricas para, assim, condicioná-las à reprodução social.

Ainda no século XIX, existiu uma intensa interligação entre o espaço político e o espaço público (Perrot, 2017), ambos destinados para os homens. A exclusão feminina foi justificada pela diferença biológica e natural dos sexos, disseminando-se a ideia de que as mulheres dotadas de feminilidade possuíam uma sensibilidade

apurada e, por isso, deveriam exercer a função de cuidado da casa, do marido e dos filhos.

Além disso, afirmavam que o comando do Estado não era função feminina, tendo em vista que não iriam agir conforme os interesses coletivos, apenas seguiriam os próprios pensamentos e vontades. Ou seja, os homens possuem a racionalidade por natureza, enquanto mulheres seriam imaturas e emocionais. E, por isso, devem se ater aos espaços domésticos e ao cuidado da família, consistindo o matrimônio e a maternidade no destino natural.

Foi definida, portanto, a separação entre a reprodução social no ambiente privado e a produção econômica e política nos espaços públicos. Desse modo, o primeiro trabalho foi associado às mulheres, e a remuneração ocorreu por meio do “amor”, enquanto o segundo trabalho foi destinado aos homens, com a remuneração por meio do salário.

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos”, declara um delegado operário da exposição mundial de 1867 (Perrot, 2017, p. 162).

Entretanto, mesmo com a separação “espacial, temporal e institucional” entre o ambiente doméstico e a esfera da produção (Vogel, 2022), o que foi resultado do controle extremo sofrido pelo trabalhador assalariado, existe uma codependência entre estas esferas. Dessa forma, o salário recebido no ambiente público é imprescindível para a reprodução da vida doméstica no interior dos lares da classe trabalhadora, além de existir, por meio da atividade de cuidado e reprodução desenvolvida por mulheres, a renovação da mão de obra para a produção de mercadoria.

Com isso, houve uma mudança nos significados e intensificação das diferenças de gênero, além de formas modernas da supremacia masculina. O sistema capitalista age numa forma cíclica: enquanto as mulheres estão reproduzindo a atividade de cuidado no ambiente doméstico sem remuneração, são dependentes do marido; já os homens estão subordinados a empregos e salários e precisam destes para manter as esposas e os filhos (Vogel, 2022).

Neste ponto, é necessário salientar que, conforme Federici (2019), todos os trabalhadores passam por um processo de alienação, no qual o salário faz parecer que existe uma relação justa. O Capital impõe a lógica de que o indivíduo está sendo remunerado de acordo com o trabalho prestado, entretanto, há uma ocultação de toda a exploração sofrida e o lucro não pago. Sob essa perspectiva, Vogel (2022) preleciona:

Nessas sociedades, o trabalho excedente é apropriado por uma classe dominante, e uma condição essencial para a produção é a constante presença e renovação de uma classe subordinada de produtores diretos comprometidos com o processo de trabalho. Normalmente, a substituição geracional fornece a maioria dos novos trabalhadores necessários para repor esta classe, e a capacidade das mulheres de ter filhos desempenha, portanto, um papel crítico na sociedade de classe.

Assim, com a constituição das famílias, há papéis historicamente definidos, e os homens passam a ter maiores responsabilidades pela subsistência do núcleo familiar durante o período em que as mulheres geram e criam filhos, uma vez que estas diminuem sua contribuição. Sob esse viés, nas relações sociais capitalistas, o dinheiro é a forma primária de poder, portanto, aqueles que o recebem são estruturalmente superiores aos que não recebem (Fraser; Bhattacharya, 2023).

Nesse sentido, ainda que as mulheres sejam destinadas aos ambientes domésticos, não executam a função de comando nestes. Posto que, submetidas aos salários recebidos pelos maridos, devem estar subordinadas em todos os ambientes e, assim, obedecer aos desejos impostos por eles.

Estudos políticos recentes chegaram a demonstrar que a penetração da ordem republicana nas aldeias veio acompanhada por um reforço do poder do pai, único cidadão integral, sobre a mulher e filhos; [...] Na casa, coexistem lugares de representação (o salão burguês), espaços de trabalho masculinos (o escritório onde mulher e filhos só entram na ponta dos pés). A fronteira entre público e privado é variável, sinuosa e atravessa até mesmo o microespaço doméstico (Perrot, 2017, p. 163).

Desse modo, de forma institucionalizada, os homens são destinados à produção econômica e ao trabalho assalariado. Assim, por meio da dominação masculina, o capital e o Estado podem controlar a reprodução e manter o estoque de trabalhadores.

Com isso, observa-se também a manutenção e a adaptação da família nuclear heterossexual pelo sistema capitalista, pois possui compatibilidade com a reprodução de pessoas e garante que a produção e a reprodução dos novos trabalhadores continuem ocorrendo. Com base nisso, Quick dispõe que:

Qualquer tentativa das mulheres de se apropriarem de mais do que é necessário para sua subsistência é uma demanda indireta de parte do excedente apropriado pela classe dominante. Assim, a autoridade masculina sobre as mulheres é apoiada e até mesmo imposta pela classe dominante. Por outro lado, qualquer tentativa dos homens para escapar de suas 'responsabilidades' no sustento das mulheres encontra resistência, dentro dos limites de um sistema que se baseia na supremacia masculina. O controle dos homens sobre mais meios de subsistência do que o necessário para sua própria reprodução em um nível diário é 'garantido' a eles somente para que possam contribuir para a reprodução de sua classe (Quick, 1977, p. 47, *apud* Vogel, 2022, p. 340).

Ademais, apesar destas alterações nas relações sociais, o capitalismo ainda se mostrava instável, pois os salários pagos à classe trabalhadora não conseguiam suprir os gastos necessários para a manutenção da família. Por isso, os trabalhadores formaram sindicatos, partidos trabalhistas e socialistas e entravam constantemente em greve. Além disso, as mulheres da classe trabalhadora não alcançavam o ideal construído de “esposa”, uma vez que o Capital as retirou do mercado assalariado, contudo, não forneceu quaisquer meios necessários para subsistência.

Assim, com a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, em meados do século XX, ocorreu o surgimento do regime capitalista gerenciado pelo Estado, “esse regime tentou neutralizar a contradição entre produção econômica e reprodução social de uma maneira diferente: evocando o poder do Estado em prol da reprodução” (Fraser; Bhattacharya; 2023). Pois a exploração sofrida pelos trabalhadores e a grande taxa de desemprego durante o capitalismo liberal resultaram em uma crise da reprodução social da classe trabalhadora.

Desse modo, com o aumento de gastos do trabalhador assalariado para a manutenção da esposa trabalhadora doméstica e filhos, os quais não participavam mais do mercado de trabalho assalariado, e a diminuição ou estagnação dos salários, houve a necessidade do investimento público para cobrir gastos com assistência médica, escolaridade, aposentaria e pensões. Visto que, se não houvesse essa ajuda de custos estatal, as famílias da classe trabalhadora não conseguiriam se reproduzir.

Ainda neste período, os reformistas econômicos, no intuito de mitigar as contradições do capitalismo liberal, forneceram meios para um crescimento contínuo, ao aceitar a formação de sindicatos, o aumento dos salários e criação de empregos para, com isso, gerar o consumo das mercadorias produzidas no ambiente público (Fraser; Bhattacharya; 2023).

A hierarquia de gênero também estava presente na construção do Estado de bem-estar social. Os movimentos feministas não possuíam a visibilidade necessária e, assim, não havia discordâncias de que, para a manutenção de uma vida digna, a família dependia do salário do marido, o que gerava o ideal de superioridade e dominância masculina e da “valorização do modelo heteronormativo de homem provedor/mulher dona de casa” (Fraser; Bhattacharya; 2023, p. 60).

Nessa perspectiva, de acordo com Mohandesi e Teitelman (2023), a construção cultural da desvalorização do trabalho realizado no ambiente doméstico e a hierarquia de gênero na divisão dos trabalhos no âmbito da classe trabalhadora foram resultados de uma política capitalista e patriarcal.

Posteriormente, na década de 1980, após a passagem por outra crise, o que salienta o caráter desestabilizador interno do sistema capitalista, ocorreu o advento do regime globalizado e neoliberal, o capitalismo financeiro. Este novo regime surgiu da intersecção entre o partido do livre mercado e dos “novos movimentos sociais progressistas”, tendo como consequência um neoliberalismo meritocrático, “emancipatório” e que apoia a “diversidade”, em detrimento dos direitos sociais (Fraser; Bhattacharya; 2023).

Neste atual sistema econômico, há o desinvestimento estatal no bem-estar social e a crise da reprodução social, uma vez que, nesta nova etapa, há a exploração da mão de obra feminina no mercado assalariado. Fraser (2023) aduz que:

O resultado é uma nova e dualizada organização da reprodução social, mercantilizada para quem pode pagar por ela e privada para quem não pode, pois alguns da segunda categoria prestam assistência em troca de salário (baixos) para os que estão na primeira. Enquanto isso, o golpe duplo da crítica feminista e da desindustrialização privou definitivamente o salário da família de toda a credibilidade. Esse ideal deu lugar à norma mais moderna de hoje: a família de dois provedores.

O sistema capitalista age de forma contraditória, tendo em vista que a reprodução social é imprescindível para a sua manutenção, contudo, este explora a

mão de obra das suas principais provedoras em inúmeras horas de trabalho mal remuneradas (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019). Ou seja, o próprio sistema produz o esgotamento das capacidades de que é dependente e, portanto, é o responsável pela atual crise do cuidado.

Dessa forma, por meio da fraude da igualdade de gênero nesta atual versão capitalista, há a redução dos salários reais e, com isso, são necessárias mais horas trabalhadas para sustentar uma família. Nesse sentido, esta fase atual financeirizada, de forma distinta do capitalismo liberal, pressupõe a “igualdade” de gênero nos espaços de produção, podendo homens e mulheres executar funções de poder. Contudo, os espaços de reprodução são considerados atrasados, os quais não conseguiram acompanhar o ritmo de desenvolvimento do Capital. Assim, as atividades de cuidado são relegadas a camadas sociais que possuem uma precarização dos direitos sociais.

Por exemplo, pesquisas realizadas com 97 mulheres em Grand Rapids, Michigan, descobriram que as afro-estadunidenses eram mais propensas a desempenhar trabalhos mal remunerados (como auxiliares de enfermagem e de cuidados infantis), enquanto as anglo-estadunidenses costumavam ter empregos mais bem remunerados, qualificados e valorizados, em cargos como enfermeiras, parteiras e assistentes de terapeutas ocupacionais (Peake, 1995, p. 420, *apud* Hopkins, 2023, pág. 217).

Portanto, as mulheres brancas privilegiadas são exploradas no mercado de trabalho formal assalariado, de modo que o trabalho de cuidado necessário para a manutenção de suas famílias é suprido pelas trabalhadoras racializadas e imigrantes.

Esse regime desloca a indústria para regiões onde as remunerações são mais baixas, recruta as mulheres para a força de trabalho paga e promove a redução dos investimentos estatais e empresariais em bem-estar social. Expelindo de si o trabalho de cuidado e lançando-o sobre as famílias e as comunidades, ele diminui, simultaneamente, as capacidades de que elas dispõem para desempenhar esse trabalho. O resultado, em meio à desigualdade crescente, é uma organização dualizada da reprodução social, mercadorizada para quem pode pagar para dela usufruir, privatizada para quem não o pode – tudo lustrado pelo ideal ainda mais moderno da “família de dois ganhadores de dinheiro” (Fraser; Sousa Filho, 2020, p. 261-288).

Nesse contexto, existe uma cadeia global de cuidado, na qual mulheres mais pobres estão sendo designadas para realizar o trabalho de cuidado em famílias

brancas da classe média (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019). No próximo tópico, será analisado como as questões de gênero, raça e classe têm relação com a racialização do trabalho doméstico remunerado.

4.2 A RACIALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CUIDADO REMUNERADO

Com as transformações na organização e remuneração do trabalho doméstico, as questões de gênero, raça e classe são definidores das posições ocupadas pelos indivíduos na sociedade. Nesse sentido, por meio das construções históricas de invisibilização e não remuneração do trabalho doméstico, este é desvalorizado e considerado uma continuação da atividade naturalmente feminina. Com isso, pela precarização das condições sociais, a ocupação das atividades desenvolvidas nestes ambientes é imposta a mulheres negras e imigrantes, como a limpeza da casa e cuidado das crianças da classe média branca.

No período pós-escravidão, compreende-se a distinção criada pela sociedade patriarcal das atividades devidas para cada gênero. Assim, enquanto era possível encontrar inúmeros trabalhos domésticos para mulheres racializadas, havia poucas possibilidades de emprego no mercado formal para homens negros.

No interior do sistema capitalista, o racismo funciona como uma forma de divisão dos espaços de trabalho: enquanto a população branca tem acesso a ambientes de prestígio social, a população negra constitui o exército industrial de reserva. Ou seja, os trabalhadores negros desempregados estão sempre à procura de empregos e, por isso, aumentam as ofertas de mão de obras, possibilitando que se mantenham mal remuneradas. O Capital estabelece o ideal de que sempre vai existir um trabalhador para estar no lugar de outro.

O êxito disto ocorre por meio da naturalização do discurso ideológico de superioridade da classe branca, como se não fosse uma violência, apenas algo natural do comportamento.

Vale ressaltar que a eficácia do discurso ideológico é dada pela sua internalização por parte dos atores (tanto os beneficiários quanto os prejudicados), que o reproduzem em sua consciência e em seu comportamento imediatos. Importante colocar nesse momento a proposição de Hasenbalg, apoiada na distinção estabelecida por Poulantzas, sobre os dois aspectos da reprodução ampliada das classes sociais: de um lado, o aspecto principal — o da reprodução

dos lugares das classes — e, de outro, o aspecto subordinado, o da reprodução dos atores e sua distribuição entre esses lugares (Gonzalez; Lima; Rios, 2020).

Desse modo, a mulher negra foi a responsável pela manutenção e subsistência familiar (Gonzalez; Lima; Rios, 2020), tendo em vista os empregos disponíveis para exercer a função de cuidadora no interior das famílias brancas, enquanto exercia também na sua própria família.

Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para “adiantar os serviços caseiros” e estar às sete ou oito horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo. Nos dias atuais, a situação não é muito diferente (Gonzalez; Lima; Rios, 2020).

O motivo disso é que a atividade desempenhada no ambiente doméstico, ainda que remunerada, não é considerada trabalho, é compreendida apenas como uma extensão da atividade já desenvolvida naturalmente por mulheres. De forma distinta, o trabalho requerido por homens negros ameaçava o posto salarial de homens brancos. Portanto, por meio do racismo estrutural presente nas camadas sociais, foram retiradas as oportunidades de trabalho no mercado assalariado (Hooks, 2014).

Compreende-se, com isso, que existe “uma divisão racial da mão de obra no trabalho reprodutivo remunerado” (Hopkins; Bhattacharya, 2023, p. 217). Nesse sentido, mesmo que seja pago o trabalho doméstico, ainda é malquisto e subvalorizado. Assim, em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural e violência de gênero, mulheres negras são vistas como a mão de obra certa para executar um trabalho que necessita de pouco conhecimento teórico. Por isso, são contratadas para desempenhar as funções de cuidado em lares da classe média branca, enquanto mulheres brancas podem trabalhar em funções de prestígio social. Nesse sentido, Bell Hooks aduz que:

Desde que o trabalho doméstico foi visto como trabalho degradante, tornou-se provável que o povo branco mostrasse favoritismo pelas mulheres negras realizarem esses trabalhos. Foi mais provável que

eles pensassem que as mulheres negras, sobre quem eles acreditavam que não tinham dignidade e auto-respeito, não sentissem vergonha em fazerem o trabalho servil (Hooks, 2014).

Em contrapartida, ainda que as mulheres racializadas estivessem trabalhando no mercado assalariado e que os homens negros não conseguissem suprir o binômio de provedor/protetor pela falta de oportunidade de emprego, as mulheres negras continuavam obedecendo à lógica do patriarcado de superioridade masculina. Assim, o movimento de libertação racial seguia a predeterminação patriarcal, mantendo homens negros nos espaços de poder, ao passo que as mulheres deveriam permanecer nas atividades do lar, no ambiente público e privado, e na maternidade.

A discriminação sexista contra todas as mulheres nas esferas da força de trabalho e da educação acadêmica que atravessou o século XIX na América significou que o povo negro que aspirou a papéis de liderança, quer durante a escravidão quer na emancipação, teve mais candidatos masculinos negros. À medida que os homens negros dominavam os papéis de liderança, eles perfilaram o movimento inicial de libertação negra que refletia o preconceito patriarcal (Hooks, 2014).

Nesse sentido, de maneira similar aos liberais brancos do século XIX, os líderes políticos negros defendiam os direitos das mulheres, com a condição de manutenção da cultura de superioridade masculina e da natureza feminina de cuidadora. Ou seja, a invisibilização e a naturalização do trabalho de cuidado perpassam a raça e consistem em um fardo ainda maior para mulheres negras. Davis preleciona que:

Assim como seus companheiros, as mulheres negras trabalharam até não poder mais. Assim como seus companheiros, elas assumiram a responsabilidade de provedoras da família. As qualidades femininas não ortodoxas da assertividade e da independência – pelas quais as mulheres negras têm sido frequentemente elogiadas, mas mais comumente censuradas – são reflexos de seu trabalho e de suas batalhas fora de casa. No entanto, da mesma maneira que suas irmãs brancas chamadas de “donas de casa”, elas cozinham e limpam, além de alimentar e educar incontáveis crianças. E, ao contrário das donas de casa brancas, que aprenderam a se apoiar no marido para ter segurança econômica, as esposas e mães negras, geralmente também trabalhadoras, raramente puderam dispor de tempo e energia para se tornar especialistas na vida doméstica. Como suas irmãs brancas da classe trabalhadora, que também carregam o fardo duplo de trabalhar para sobreviver e de servir a seu marido e a suas crianças, as mulheres negras há muito, muito tempo precisam ser aliviadas dessa situação opressiva (Davis, 2016).

A hierarquia racial também é presente nos regimes gerenciados pelo Estado. As trabalhadoras domésticas e agrícolas não faziam jus ao seguro social fornecido no Estado de bem-estar social, o qual propiciava a manutenção da reprodução social nos interiores dos lares da classe trabalhadora branca (Fraser; Bhattacharya, 2023). Desse modo, a população afro-estadunidense era privada da possibilidade de se apoiar em ajudas de custos estatais para a manutenção familiar. Assim, para conseguir sobreviver, as mulheres negras e imigrantes trabalhavam, de forma mal remunerada, limpando e cuidando das casas e dos filhos de famílias brancas.

Sob este viés, por ocuparem também o lugar de provedoras, as mulheres racializadas continuamente precisam desempenhar as suas próprias funções reprodutivas no interior de seus lares e suprir a necessidade do trabalho de cuidado das famílias brancas da classe média, o que culmina na dupla ou tripla jornada de trabalho. Uma vez que, por serem mal remuneradas, precisam trabalhar em mais de um emprego para fornecer o mínimo necessário para a manutenção de suas próprias famílias.

Do mesmo modo, após a abolição da escravidão no Brasil, a população negra também enfrentou este afastamento dos espaços/funções de poder político, econômico e cultural, tendo em vista que esta é uma forma de beneficiar os interesses da classe branca dominante. Assim, “coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade” (Gonzalez; Lima; Rios, 2020). No censo de 1960, mais de 90% das mulheres negras ocupavam atividades domésticas, o que demandava baixa escolaridade.

Assim, de forma institucional e cíclica, enquanto a mãe da família negra supre a atividade de cuidado das mulheres brancas, as filhas mais velhas são as responsáveis pela manutenção da família. Ou seja, ainda na infância e na adolescência, meninas negras precisam exercer a função de cuidar da casa, do pai e dos irmãos e, por isso, não têm possibilidade de formação educacional. Ao contrário disso, são treinadas para que, no futuro, ocupem o lugar doméstico das famílias brancas.

De qualquer modo, novas perspectivas se abriram nos setores burocráticos de nível mais baixo, que se feminizaram. É o caso da prestação de serviços em escritórios, bancos etc. Mas tais atividades exigem certo nível de escolaridade que a mulher negra não possui. Tal fato criou muito mais motivos para a reafirmação da discriminação, uma vez que o contato com o público exige “educação” e “boa

aparência". Mesmo nos dias atuais, em que se constata melhorias quanto ao nível de educação de uma minoria de mulheres negras, o que se observa é que, por maior que seja a capacidade que demonstre, ela é preterida (Gonzalez; Lima; Rios, 2020, p. 34).

Desse modo, ainda que existam algumas possibilidades de trabalho nos ambientes públicos, a preferência é de que mulheres brancas o exerçam. Estas "naturalmente" educadas, com boa aparência e melhor nível educacional. Enquanto a possibilidade de trabalho para as mulheres negras é de suprir a atividade doméstica na casa das primeiras, o que as torna sujeitas e dependentes das famílias brancas.

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: "domésticas" ou "mulatas". O termo "doméstica" abrange uma série de atividades que marcam seu "lugar natural": empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo "mulata" implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada "produto de exportação", ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais (Gonzalez; Lima; Rios, 2020, p. 36).

O Capital fornece às mulheres negras duas formas de trabalho: o doméstico e a prostituição. Assim, Bell Hooks assevera que existiu uma transformação de imagens da mulher branca sexual e pecadora para a maternal e esposa, ao passo que houve a crescente exploração e sexualização das mulheres negras escravizadas: "usavam o termo "prostituição" para se referirem à compra e venda de mulheres negras para o propósito da exploração sexual" (Hooks, 2014, p. 35).

Assim, a violência de gênero, racial e sexual estabelece como as mulheres racializadas devem ser tratadas, conforme os desejos dos homens e das mulheres brancas. Esta naturalização dos impulsos das mulheres negras para a atividade doméstica e o sexo imprimem a própria forma como estas se enxergam dentro da sociedade, não se percebendo como uma forma de violência dos grupos dominantes, entendendo-se, sim, com um aspecto natural.

Os esforços de disseminação contínua de desvalorização da natureza feminina negra tornaram extremamente difícil e frequentemente impossível às mulheres negras desenvolverem um autoconceito positivo. Porque somos diariamente bombardeadas por imagens negativas. De facto, uma força opressiva foi este estereótipo negativo e a nossa aceitação disso como um papel viável e modelo sobre o qual podemos modelar as nossas vidas (Hooks, 2014, p. 62).

A divisão racial do trabalho institucionalizada pela sociedade capitalista determina que os postos de trabalho ocupados por mulheres negras devem ser subvalorizados e mal remunerados. Uma vez que estabelece que estas seriam propensas “naturalmente” às atividades domésticas e à sexualização, enquanto homens e mulheres brancas possuem as atribuições físicas e intelectuais necessárias para desenvolver atividades de prestígio social.

Desse modo, antes que as mulheres brancas integradas na sociedade iniciassem uma luta pelo direito de trabalhar no âmbito público, as mulheres negras já trabalhavam tanto no ambiente doméstico quanto no público. Portanto, compreende-se que a imposição do trabalho de cuidado como naturalmente feminino relega as mulheres à dupla exploração capitalista, no ambiente público e no interior das suas próprias famílias.

Assim, com a interseccionalidade da violência de gênero e raça, as mulheres negras sofrem com um fardo ainda maior, sem que haja perspectiva de liberdade. Nesse sentido, só é possível haver libertação feminina de forma conjunta com a libertação das mulheres negras e demais populações racializadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta era desigual e o preço foi carregar a derrota dos sonhos, muitas vezes.

Itamar Vieira Júnior

Inicialmente, esta pesquisa buscou analisar a relação entre a naturalização e invisibilização do trabalho de cuidado, a desigualdade de gênero e a perpetuação do sistema capitalista e patriarcal.

O sistema patriarcal naturaliza a cultura de superioridade dos homens sobre as mulheres. A naturalização da opressão feminina perpassa todos os setores e classes sociais, podendo ser compreendida por meio da autoridade e do respaldo devidos a todos os homens na sociedade. Em razão disso, as mulheres são continuamente excluídas dos espaços e funções de poder e destinadas a postos inferiores.

A construção histórica do patriarcado demonstra como, nos primeiros períodos, existia uma complementariedade das atividades exercidas, sem que houvesse uma hierarquização no prestígio social de homens e mulheres. Contudo, com o sedentarismo e a necessidade de manutenção das tribos, iniciou-se o comércio de mulheres, o que gerou um poder dos compradores sobre o “produto”.

No período feudal, para que mulheres conseguissem alcançar os ambientes públicos, era necessário que existisse o casamento com membros das guildas mercantes. Na Revolução Francesa, ainda que mulheres tenham encabeçado movimentos sociais, não possuíam quaisquer direitos políticos. Com isso, esta ideia de superioridade masculina é incorporada pelas mulheres, o que naturaliza a subalternização feminina em todos os ambientes.

Nesse sentido, foi disseminada a ideia do casamento e da maternidade como o destino natural das mulheres, tendo em vista que seria a única forma de ascensão social. Através disso, naturalizou-se também a atividade de cuidado realizada nos interiores das famílias: para uma mulher demonstrar que é dotada de feminilidade, deve ser subserviente ao marido, limpar a casa e cuidar dos filhos.

Estas atividades são essenciais para a perpetuação capitalista, pois geram e mantêm a mão de obra. Tendo em vista que, para a manutenção do sistema vigente, é necessária a disponibilidade da força de trabalho a um preço baixo. De forma institucional, o capitalismo e o patriarcado naturalizam a desigualdade de gênero, pois

não reconhecem a atividade de cuidado desenvolvida pelas mulheres como trabalho, estabelecendo como trabalho apenas a atividade realizada no ambiente público, remunerada e destinada aos homens.

Para compreender a desigualdade de gênero presente no sistema capitalista, a Teoria da Reprodução Social analisa o trabalho de cuidado imposto às mulheres, que as relega ao ambiente privado e doméstico, ao passo que aos homens são atribuídas funções de destaque, seja nos ambientes públicos ou privados. Assim, no interior do sistema capitalista, as funções domésticas e maternas, historicamente exercidas por mulheres, são consideradas como uma atribuição natural e, por isso, realizadas por amor, como se fosse uma forma natural do gênero feminino e que não necessitam de remuneração para que sejam desempenhadas.

O trabalho no ambiente público, realizado por homens, é exercido com uma contrapartida: o salário. Ou seja, esta atividade é desempenhada com base na remuneração. Assim, esta distinção entre o ambiente público e privado é o cerne da contradição capitalista, o que causa tantos períodos de crise interna. Posto que o Capital não se mantém sem a atividade de cuidado e, ao mesmo tempo, a invisibiliza. Pressupõe que esta atividade exercida por mulheres é inesgotável e que sempre haverá o reabastecimento da força de trabalho.

Para além disso, quando há a remuneração das atividades de cuidado, as desigualdades de classe, raça e gênero definem o papel que cada indivíduo ocupa na sociedade. Desde a abolição da escravidão, os trabalhos disponíveis para as mulheres racializadas são os de suprir a atividade de cuidado necessárias no interior de famílias brancas. A atividade doméstica é transformada numa extensão da personalidade feminina, é malquista e subvalorizada e, por isso, destinada às camadas sociais que possuem a precarização dos direitos sociais.

Nesse sentido, quando observada a presença desse tema na literatura brasileira, principalmente na obra em estudo, identifica-se que o autor exprime as transformações e relações sociais. Assim, Itamar Vieira Jr. narra as construções culturais, sem que exista uma ligação objetiva à realidade e, com isso, historiciza fatos apagados pela historiografia oficial. Desse modo, *Torto Arado* reflete as relações construídas no interior do sistema patriarcal e capitalista, por meio das personagens femininas principais, as irmãs Bibiana e Belonísia.

A primeira foge da fazenda Água Negra com o sonho de tornar-se professora, mas precisa realizar trabalhos domésticos para sobreviver, como uma continuação da

exploração sofrida. E, ao retornar para a fazenda, após a morte do pai, é colocada no posto de apoiadora e companheira do marido, pois, no sistema patriarcal, as atividades de liderança sempre serão devidas ao sexo masculino.

Saliente-se, ainda, que existe uma romantização destas relações: para Bibiana é natural que Severo seja o líder da luta por terra e que ela esteja ao lado do marido como companheira. Sob esse viés, o máximo de voz ativa que a personagem consegue ter é como professora, uma atividade que estende o cuidado exercido no ambiente doméstico.

Já Belonísia permanece na fazenda e, ao ver tantos nascimentos e casamentos ao seu redor, começa a sonhar com a maternidade. Contudo, o matrimônio com Tobias estabelece uma relação de subserviência física, sexual e emocional. Com a viuvez, a personagem permanece vivendo sozinha, na perspectiva de fugir das amarras sociais e tornar-se independente.

No entanto, o sistema patriarcal legitima a subalternização feminina a todos os homens, além de ter mecanismos internos de rejeição das mulheres que não desempenham as funções determinadas como naturais. Assim, Belonísia paga o preço da desconformidade de não seguir o “destino natural” imposto e continua vítima das relações patriarcais, as quais são naturalizadas e, muitas vezes, imperceptíveis.

Desse modo, com esta opressão feminina generalizada, esta temática é presente também no meu próprio cotidiano. Minha mãe, Socorro Gomes, sempre foi ativa em lutas comunitárias, sociais e partidárias em nossa cidade, Quixelô, Ceará. Em 2008, ano de eleições, era decisiva a escolha da candidatura contra o coronel que governava a cidade desde a emancipação política.

Assim, foram escolhidos dois homens para encabeçar a chapa. Contudo, poucos meses antes da eleição, converteram-se para o lado opositor. Com isso, não havia qualquer outro homem disposto a estar na chapa, não havia apoio de autoridades nem dinheiro. Como seria possível vencer uma eleição?

Apenas quando não havia qualquer figura masculina disposta ao pleito eleitoral, minha mãe teve a oportunidade de se candidatar. Ou seja, a preferência política sempre é devida aos homens, podendo ser estendida a mulheres de forma secundária.

Da mesma forma que Bibiana em *Torto Arado*, o máximo de voz ativa que minha mãe teve foi como professora, à época, única formação disponível para os moradores de Iguatu e região. Ainda, de maneira similar às personagens femininas da obra, a

minha mãe foi ensinado que o casamento e as atividades domésticas são o destino natural das mulheres.

No conto produzido pela escritora Francisca Natália Barreto (2011), integrante do 1º Concurso Assuense de Literatura, existe a rememoração de uma história familiar. Socorro havia aprendido a ler e a fazer contas de matemática há algum tempo. Contudo, ao pai, seu Antonio, dizia que não sabia nem realizar soma ou subtração, pois este queria tirá-la da escolar por já ser “sabida demais”.

Em um certo dia, no período de vendas do algodão, um comerciante visitou a casa da família, com o intuito de comprar todo o produto da colheita daquele ano. No entanto, Socorro percebeu que as contas estavam erradas e ficou sem saber o que fazer. Se contasse a verdade, o pai a tiraria da escola e estaria presa à realização de atividades domésticas. Decidida a contar a verdade, por ver todo o suor do pai sendo derramado e perdido em vão, Socorro foi prometida de uma surra.

Com o medo crescente, a menina se escondeu no matagal ao redor da casa, passou o dia sem dar qualquer sinal de onde estaria. Quando não conseguiu mais lutar contra a fome, decidiu retornar. Foi neste momento, ao avistar o pai jantar através de um buraco da cozinha, que sentiu o corpo todo tremer, quem sabe se de fome ou medo, e desmaiou.

Como em seus mais belos sonhos, Socorro foi acordada com o carinho de sua mãe, dona Clotildes, e o seu pai organizando os lençóis ao seu redor. Foi como se tudo estivesse no lugar, e, como todo sonho precisa de um final feliz, ouviu (ou sonhou?) que poderia estudar e dividir seus conhecimentos com quem precisasse, seu pai não a tiraria mais da escola.

Os reflexos da educação da minha mãe voltada para o exercício da atividade doméstica são analisados através da história vivenciada anos depois: a naturalização de que as funções relevantes na política deveriam ser destinadas a figuras masculinas. Ao passo que a ela caberia apoiar e participar ao máximo possível da candidatura destes, seria uma ponte para que os homens alcançassem o sucesso.

Dessa forma, por meio do conto, compreende-se a correlação entre a naturalização do trabalho de cuidado imposto às mulheres, a desigualdade de gênero e a perpetuação do sistema capitalista. Assim, para que exista a manutenção do capitalismo, é necessária a mão de obra, a qual, para ser produzida, depende do trabalho de cuidado historicamente relegado às mulheres.

O Capital cria o ideal de que o destino natural das mulheres é o casamento e a maternidade e que o exercício das atividades domésticas é um atributo natural e da personalidade feminina. Com isso, a produção e a reprodução da vida dos trabalhadores não são consideradas como trabalho, o que as torna invisíveis economicamente. Portanto, a divisão sexual do trabalho intensifica as desigualdades de gênero e raça no interior do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio; VIEIRA, Itamar. O Brasil de Torto Arado - Entrelinhas. **Youtube**, 12 de junho de 2021. 01min59s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kfs2ipf5caw>. Acesso em: 02 de abr. de 2024.

ALMEIDA, Silvio; VIEIRA, Itamar. O Brasil de Torto Arado – Entrelinhas. **YouTube**, 12 de junho de 2021. 31min02s; 01min59s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kfs2ipf5caw>. Acesso em: 02 abr. 2024.

ARONOVICH, Lola. *In*: LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**. 1. ed. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Pensamento – Cultrix, 2019.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**. Um Manifesto. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BARRETO, Francisca Natália. **O Gênero, o Letramento Literário e a (Des) Crucificação do Feminino**. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras). Departamento de Letras Vernáculas, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assu, 2021.

BARRETO, Francisca Natália; SILVEIRA, Celso Dantas (org.). **Escrínio da Literatura Potiguar**. Rio Grande do Norte: Coleção Assuense, 2011, p. 56-61.

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social** – Remapear a Classe, Recentralizar a Opressão. Tradução: Juliana Penna. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2023.

BORDON, Lucely. **Teoria da Reprodução Social e Crítica Marxista ao Direito: uma análise teórica sobre o aumento global da criminalização de mulheres no neoliberalismo**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/46525>. Acesso em: 10 abr. 2024.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução: Herci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <http://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/07/Angela-Davis-Mulheres-ra%C3%A7a-e-classe-Boitempo.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2024.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução** – Trabalho Doméstico, Revolução e Luta Feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

FERGUSON, Susan; McNALLY, David. Capital, Força de Trabalho e Relações de Gênero. Tradução: Maíra Silva. **Revista Outubro**, n. 29, p. 23-59, 2017. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2024.

FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre as contradições sociorreprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: BHATTACHARYA, Tithi (org). **Teoria da Reprodução Social – Remapear a Classe, Recentralizar a Opressão**. Tradução: Juliana Penna. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2023.

FRASER, Nancy. BHATTACHARYA, Tithi (org). **Teoria da Reprodução Social – Remapear a Classe, Recentralizar a Opressão**. Tradução: Juliana Penna. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2023.

FRASER, N.; SOUSA FILHO, J. I. R. de. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia** (UFRN), [S. l.], v. 27, n. 53, p. 261–288, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>. Acesso em: 2 abr. 2024.

FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina**. Tradução: Áurea B. Weissenberg. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

GIANNOTTI, José Arthur. Considerações Sobre o Método. In: MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p. 86-108. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. Ebook. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 06 abr. 2024.

GONZALEZ, Lelia; LIMA, Marcia; RIOS, Flavia (org.). **Por Um Feminismo Afro-Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020. E-book. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2024.

GUILLAUMIN, Colette; MATHIEU, Nicole-Claude; TABET, Paola; ABREU, Maíra (org.); ÁVILA, Maria (org.); FALQUET, Jules (org.); FERREIRA, Verônica (org.). **O Patriarcado Desvendado Teorias de Três Feministas Materialistas**. Recife: SOS Corpo, 2014. E-book. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/pesquisa/grupo-de-estudos-e-pesquisa-sobre-violencia-contra-as-mulheres-racismo-e-patriarcado/textos-das-reunioes-julho-dezembro-2020/reuniao-8-9>. Acesso em: 29 de abr. de 2024

HOOLKS, Bell. **Mulheres Negras: Moldando a Teoria Feminista**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Plataforma Scielo Brazil, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 29 de abr. de 2024

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher**. Tradução: Plataforma Gueto. Plataforma Gueto, 2014. Disponível em: https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf. Acesso em: 01 abr. 2024.

HOPKINS, Camen Teeple. Muito trabalho, pouco lazer: reprodução social, migração e trabalho doméstico remunerado em Montreal. *In*: BHATTACHARYA, Tithi (org). **Teoria da Reprodução Social – Remapear a Classe, Recentralizar a Opressão**. Tradução: Juliana Penna. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2023.

LEITE, Eleison. Seria Torto Arado Literatura Periférica? **Outras Palavras**, mar. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/poeticas/seria-torto-arado-literatura-periferica/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

LERNER, Gerda. A Criação do Patriarcado. 1. ed. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Pensamento – Cultrix, 2019.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política.V. I e II. Coleção: Os Economistas. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 449.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023. 275. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.

MOHANDESI, Salar; TEITELMAN, Emma. Sem reserva. *In*: BHATTACHARYA, Tithi (org). **Teoria da Reprodução Social – Remapear a Classe, Recentralizar a Opressão**. Tradução: Juliana Penna. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2023.

PERROT, Michel. **Os Excluídos da História Operários, Mulheres e Prisoneiros**. Tradução: Denise Bottmann. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**: Mito e Realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VIEIRA, Itamar. **Torto Arado**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a Opressão às Mulheres**: Rumo a Uma Teoria Unitária. Tradução: Camila Carduz Rocha, Carla Benitez, Clara Saraiva, Gabriela Azevedo, Lívia de Cássia Godoi Moraes, Mariana Shinohara Roncato, Patrícia Cotta, Patrícia Rocha Lemos e Rhaysa Ruas. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

ANEXO – SOCORRO

Francisca Natália Gomes Barreto

O incessante barulho dos pássaros e o mugido do rebanho pareciam anunciar a hora de despertar e Maria acordava assim todos os dias; e todos os dias, como aquele sábado, pareciam ser sempre iguais para a menina. Maria era chamada de Socorro. Seus pais a chamavam assim desde que tinha nascido; aliás, todo mundo a chamava assim, seu nome de verdade era Maria Gomes, mas foi chamada de Socorro por causa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, promessas que a mãe fez quando a menina nasceu e na hora de registrar no cartório, o pai esqueceu qual foi o santo benfeitor da promessa e colocou só Maria. Mas mesmo assim ficou sendo chamada por Socorro que era bem diferente das outras meninas, pois ela era uma das poucas “menina muié” da região da Vila em que morava, não sabia lidar com os afazeres domésticos, nasceu de família pobre- dessas de amanhecer o dia sem ter nada para comer - e nesse tipo de família a primeira tarefa que se aprende é ajudar a mãe nos trabalhos de casa, principalmente na Vila Antonico, como era chamada pelos habitantes. A Vila era uma comunidade de gente muito humilde - e tinha muito desses tipos de família - tinha gente de bem e de mal, homens trabalhadores e os que viviam a vida de malandragem, mulheres de respeito, sem respeito, fofoqueira. Vixe ! Tinha de tudo lá na Vila.

Socorro gostava de brincar, como uma criança normal, com seu irmão Francisco que era um rapazote bonito. Ele tinha uns dezesseis ou dezessete anos e sentia um carinho especial por Socorro que devia por ser a mais nova dos seis irmãos. Chico a protegia de qualquer peripécia que aprontasse. Ela era bem arteira, e o rapazinho quando não estava ajudando o pai na roça, passava o tempo a fazer brinquedos para a menina que estava sempre ao seu lado, fosse para comer, fosse para brincar, fosse para dormir; é que eles dormiam na mesma rede, porque seu Antônio, o pai deles, não tinha comprado, ainda, a rede de Chico que se rasgou de tão velha que era, pois já fazia uns seis meses e não tinha sobrado nem um trocado que desse para comprar a rede de Chico dormir.

Socorro era aplicada na escola, gostava de fazer cartas. As pessoas, que moravam por perto, lhe pediam para que escrevessem para os parentes que moravam distante e a menina fazia. Não era por ter apenas dez anos que lhe tratavam como

criança, ela era diferente - já disse! -, tinha jeito de gente grande, se preocupava com os preços altos das mercadorias que seus pais não podiam pagar, se preocupava com as pessoas que não se consultavam por não ter médico no posto de saúde da Vila, entrava até nas conversas dos adultos, você acha que isso é coisa de criança?

É, realmente essa menina era de se admirar. Seus pais, Antônio e Clotilde, nem sabiam da grande virtude que Socorro era dotada. Eles eram analfabetos e não davam valor a esse tipo de gente, que quer saber de tudo, que fica se metendo em toda notícia que escuta no rádio, dando seus palpites em tudo que vê, que quer ser “gente” sem ser, isso não é coisa de criança e, principalmente, de menina muié. Seu Antônio sempre achava esquisito o jeito de Socorro; para ele, menina que crescia assim tava perdida na vida.

Imagine só, ele queria tirar Socorro da escola só porque lhe achava muito sabida, mas a menina - que de boba não tinha nada! - disse que não podia sair da escola, pois ela nem tinha aprendido as contas de somar e de vezes que o pai achava necessário e de bom tamanho aprender na escola, para “quando chegar o tempo da colheita do algodão, ela ir somando para saber quantos sacos eles tinham colhido”.

Socorro se viu na necessidade de mentir para o pai. Escondeu a verdade, ela já sabia das contas de soma e multiplicação, fazia tempo, e ainda mais: sabia até diminuir e dividir as contas que aparecia nos problemas da escola, mas com as constantes iminências que o pai fazia - que lhe tiraria da escola quando ela aprendesse calcular - a menina não podia dar sinais que soubesse tanto. Chegou até a pedir a sua professora que, na reunião de pais, dissesse à sua mãe que ela não tinha aprendido, ainda, matemática nenhuma.

A angústia que Socorro sentia, por esconder uma notícia que para ela era tão importante, era tamanha e ela, vez por outra, se pegava pensando em como e quando iria dizer ao pai toda a verdade, pois mentir para os pais era feio. Seu Antônio era para ela como um herói, um gigante, ou melhor, um Deus. Tinha aprendido, nas aulas de catecismo, que pecava quem mentia, roubava, matava, e principalmente, quem desobedecia a seus pais.

A menina se sentiu ainda mais aflita, quando viu seu pai, que não tinha nenhuma letra, ser enganado por um negociante, que veio até sua casa comprar todo o algodão que lhe rendera da colheita daquele ano. Socorro viu o comprador oferecer ao seu pai uma quantia que não valeria todo o algodão que tinha para vender; nem que fosse o pior algodão da região, o mais mortiço, ainda não valeria o preço que o

homem pagaria ao pai. Era estranho o que acontecia, a menina em meio a toda aquela situação. Era como se o que estivesse presenciando fosse um pecado mortal, mas ela sabia lidar com toda aquela situação, mas não poderia fazer nada. Pensou Socorro em abordar o comprador e lhe pedir que repetisse a conta do algodão, porque sabia que não era justo enganar seu pai. Era como se as palavras do negociante entrassem como espinho em seus ouvidos e chegassem rasgando como uma flecha e transpassasse seu pequeno e ingênuo coração.

A cena era tão diferente de tudo o que a menina vivera até aquele momento. Ela, em meio a um ambiente de paz e tranquilidade, brincavam de bila, de se esconder, de boneca feita de sabugo de milho e galinhazinha do tronco de pereiro, e, de repente, deparava-se com tanta injustiça. Todo o suor que viu seu pai derramar diariamente, no plantio e na colheita do algodão, seria limpo, agora, por aquelas poucas notas que não valeriam sequer uns três ou quatro meses de trabalho.

A menina, ouvindo com atenção a conversa do comprador, levantou-se lentamente da cadeirinha de madeira que o pai fez para ela na última semana santa e pediu educadamente que o homem repetisse aquela conta. Ela já tinha notado que ele era jeitoso para calotear e percebeu isto por causa da conversa bonita, dos arrumadinhos (característicos desse tipo de gente). Socorro tinha dessas, quando via gente desse tipo ou acreditava numa coisa, ninguém poderia lhe contrariar. Ela sentiu, ao dirigir a palavra aquele homem tão bem pronto, como se seu mundo começasse a se revolver, como se o mundo girasse. Já tinha se lembrado das inúmeras ameaças do pai de tirá-la da escola, mas conviver com aquela mentira, mesmo que fosse uma omissão e também para o seu bem, fazia se sentir culpada, pois para a menina era como se fosse um pecado, um defeito. Então, ela viu a oportunidade de livrar-se daquela culpa. Seu pai surpreso, sem entender a ação da filha, imediatamente pediu desculpas ao negociante e foi logo contornando a situação que Socorro lhe pusera, dizendo-lhe que não sabia mais o que fazer com ela, pois a cada dia que passava ficava mais astuta e essas coisas que ela falava ninguém poderia levar em apreço, pois na sua idade as crianças não sabiam direito o que diziam.

Seu Antônio, envergonhado com o ocorrido, mandou Socorro entrar em casa lhe avisando logo da surra que ia levar, para deixar de se intrometer nas conversas de adulto. Socorro, com os olhos esbugalhados e verdes como eram, correu até a cozinha e pediu à sua mãe para dizer a seu Antônio que já tinha aprendido até mais do que uma simples conta; tinha aprendido a nunca mentir para uma pessoa tão

importante para ela. Convencida, Clotilde correu até o alpendre, onde estava acontecendo a negociação, e, disfarçando o nervosismo, pediu a Antônio que entrasse em casa porque precisava dele para um serviço. Antes que entrasse na sala da frente, ela já foi lhe dizendo que ele não podia acreditar no homem, pois Socorro estava certa, a menina tinha toda razão de não confiar no comerciante, pois ela já tinha aprendido a fazer contas até demais e era pra ele confiar na menina ao menos uma vez. Aquela não era mais uma peripécia da garota, realmente poderia perder a metade do lucro da colheita daquele ano.

Antônio voltou ao alpendre onde ainda estava o homem, sentado já no banco de madeira que tinha ali por perto, acomodado e meio desconfiado, olhando por baixo e já sabendo que aquilo que estava fazendo não era uma das coisas mais certas de se fazer. Mas ele vivia disso e já estava bem acostumado a calotear cabra besta e bruto como Seu Antônio. Foi assim, ao desconfiar da fineza do negociante, que pediu que voltasse outro dia para falar dessa proposta, pois naquela hora estava de cabeça quente e não sabia as contas de cabeça, mas ia ver se dava certo vendê-lo toda a colheita do algodão. O homem foi embora na certeza de voltar outro dia e comprar pelo mesmo preço que tinha oferecido antes e Antônio tinha a certeza que uma surra grande Socorro ia levar, por ter dado seus palpites nas conversas de adulto. Como sempre fazia!

Quando entrara em casa, o pai procurou a moleca que já tinha escapado da sova, correu por entre o matagal que rodeava a casa, onde ninguém pudesse encontrá-la. E, dessa forma, passou o resto do dia sem aparecer pelas redondezas, com medo da surra que o pai lhe prometera. Beirando às seis horas da tarde, ela aparece com os olhos inchados de chorar, barriga vazia, sem sequer um grão de arroz que pudesse lhe dar sustento. Entrou em casa pela porta dos fundos e, avistando o pai jantar por um buraco que tinha na parede da cozinha, começou a tremer, não sei se de fome ou de medo. A menina caiu em desmaio, sem que ninguém tivesse notado sua presença até então. Isto aconteceu somente com o barulho do corpo quando caiu no chão batido de barro que era o da velha cozinha de sua casa. Com o corpo estendido, o coração levemente latejante, ouvira longe, muito longe, o sussurro e o calor de seu pai estendido sobre seu colo, meio desacordada, pouco sem sentido, sentindo tudo que gostaria de sentir naquele momento: a mão leve de sua mãe a lhe apanhar a cabeça, e repousando-a em suas pernas, e o pai? Reorganizando tudo ao redor de si para lhe tornar aquele momento mais confortável. Já coberta com um lençol

e afagada pelo casal, que fazia promessas à menina mesmo que ainda não totalmente consciente, mas ouviu (ou sonhou?) seu pai dizendo que não iria mais lhe tirar da escola e, verdadeiramente, ela não queria acordar, de jeito algum, do sonho inacreditável que tinha acabado de acontecer.